



Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande Estado de São Paulo

Praia Grande

**Prestação de Serviços de Engenharia Consultiva para
Desenvolvimento de Estudos Técnicos Multidisciplinares
para Revisão do Plano Diretor e Adequação da
Legislação de Ordenamento do Uso, Ocupação e
Parcelamento do Solo**

ETAPA D

Volume I

Relatório Síntese

504H-O-PG-RT-URB-005-0

Novembro 2006

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
1. INTRODUÇÃO.....	2
2. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS.....	3
2.1 Estudos Populacionais	3
2.2 Estudos Econômicos	6
2.3 Finanças Públicas Municipais	10
3. ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS E AMBIENTAIS	13
3.1 Caracterização Geral.....	13
3.2 Habitação	24
3.3 Infra-Estrutura	33
4. CONDIÇÕES DE VIDA NO MUNICÍPIO.....	46
4.1 Educação	46
4.2 Saúde	50
5. PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO FUTURO.....	54
5.1 Projeções Demográficas	54
5.2 Cenários de Desenvolvimento Econômico	57
5.3 Tendências de Desenvolvimento Territorial	62
GLOSSÁRIO.....	64

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Este relatório contém a síntese das análises realizadas no âmbito da Etapa A do Contrato de Prestação de Serviços referentes à revisão do Plano Diretor e das normas de Ordenamento do Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo. Esta síntese, prevista no escopo da Etapa C, juntamente com o produto da Etapa B, consolida os insumos e os critérios adotados que fundamentaram as proposições referentes às políticas e diretrizes gerais e setoriais utilizadas na formulação das minutas das Leis do Plano Diretor e de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo.

1. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Este relatório foi concebido como apoio à consulta sobre as principais conclusões do diagnóstico e sobre o prognóstico de desenvolvimento futuro do município de Praia Grande, que respaldaram as propostas de revisão do Plano Diretor e das normas de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo do município.

O diagnóstico foi construído de forma a permitir uma leitura multisetorial e perspectiva da realidade local, no período de 1996 a 2006, dando continuidade às análises elaboradas por ocasião dos estudos desenvolvidos em 1996 para a formulação do Plano Diretor que ora é objeto de revisão.

Para tanto, foram utilizados, complementados e sistematizados os dados dos arquivos municipais e dos programas e projetos em andamento nas secretarias da Prefeitura de Praia Grande, principalmente: SEPLAN, SEURB, SETRANSP, SESURB, SEOP, SEPROS, SEDUC, SESAP e SEFIN.

O diagnóstico foi amplamente referenciado aos avanços realizados nas políticas e diretrizes de desenvolvimento regional encetadas, principalmente, pela nova estrutura de planejamento da Região Metropolitana da Baixada Santista (AGEM e CONDESB), pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pela EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos.

As conclusões desse diagnóstico e a formulação dos cenários de desenvolvimento futuro foram apresentados e discutidos com os quadros técnicos e administrativos da Prefeitura de Praia Grande em várias oportunidades e apresentados em audiências públicas realizadas no município.

Este relatório acha-se estruturado em quatro capítulos, além desta introdução:

- o primeiro capítulo aborda as questões do desenvolvimento econômico e social do município, referentes a três aspectos principais: o crescimento populacional, o desenvolvimento econômico e a evolução das finanças municipais;
- o segundo capítulo trata dos aspectos relativos ao desenvolvimento territorial observando: a evolução das condições de ocupação do território, a habitação, a mobilidade urbana e o saneamento ambiental;
- o terceiro capítulo analisa as condições de vida da população através da evolução dos índices de escolaridade e de saúde pública;
- o quarto capítulo apresenta as perspectivas de desenvolvimento futuro do município, através das projeções demográficas, dos cenários de desenvolvimento econômico e das perspectivas de desenvolvimento territorial.

Ao final do documento é apresentado o Glossário com as siglas utilizadas no texto.

2. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

2. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

2.1 Estudos Populacionais

A dinâmica populacional do município de Praia Grande não pode ser analisada fora do contexto regional, em função do alto nível de interdependência econômica e social que este município guarda com o centro metropolitano da Baixada Santista, a que se acha plenamente conurbado.

Conforme mostram os dados dos Quadros 2.1 e 2.2, constatou-se uma redução generalizada no ritmo de crescimento populacional da região, a exemplo do ocorrido no restante do país. Esta desaceleração está relacionada principalmente à redução das taxas de natalidade, cujo desempenho vincula-se à difusão mais eficiente das informações e da utilização dos métodos contraceptivos, ao aumento no nível de escolaridade das populações urbanas, ao aumento da participação da mulher na força de trabalho, o que tende a favorecer posteriormente a um novo ciclo de redução do número de filhos por família.

Como se pode observar, apenas os municípios de Mongaguá e Itanhaém apresentaram taxas de crescimento crescentes na última década. As maiores taxas correspondem aos municípios periféricos da região, destacando-se Bertioga ao norte e, ao sul, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Praia Grande. Os municípios do centro metropolitano (Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá) apresentaram as menores taxas da região, correspondendo à condição de territórios em processo de saturação.

QUADRO 2.1

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA 1970/2000

Município	1970	1980	1991	2000
Praia Grande	19.704	66.011	123.494	193.582
Bertioga			11.307	30.039
Cubatão	50.906	78.630	91.049	108.309
Guarujá	94.021	151.127	209.814	264.812
Itanhaém	14.515	27.464	45.966	71.995
Mongaguá	5.214	9.927	18.962	35.098
Peruíbe	6.966	18.407	32.959	51.451
Santos	345.630	416.681	428.512	417.983
São Vicente	116.485	193.002	268.732	303.551
RMBS	653.441	961.249	1.230.795	1.476.820

Fonte: IBGE

QUADRO 2.2

EVOLUÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA 1970/2000

Município	1970/80	1980/91	1991/00	1970/00
Praia Grande	12,9%	5,9%	5,1%	7,9%
Bertioga			11,5%	
Cubatão	4,4%	1,3%	1,9%	2,5%
Guarujá	4,9%	3,0%	2,6%	3,5%
Itanhaém	6,6%	4,8%	5,1%	5,5%
Mongaguá	6,7%	6,1%	7,1%	6,6%
Peruíbe	10,2%	5,4%	5,1%	6,9%
Santos	1,9%	0,3%	-0,3%	0,6%
São Vicente	5,2%	3,1%	1,4%	3,2%
RMBS	3,9%	2,3%	2,0%	2,8%

Fonte: IBGE

No caso específico de Praia Grande, as amplas áreas ainda disponíveis para assentamento urbano nas proximidades do centro metropolitano, têm atraído importantes fluxos migratórios que, embora perdendo participação relativa no computo geral do crescimento populacional, ainda são significativos e crescentes em valores absolutos, como mostram os dados do Quadro 2.3

QUADRO 2.3

CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA POPULAÇÃO DE PRAIA GRANDE POR SALDOS MIGRATÓRIO E VEGETATIVO

PERÍODO	CRESCIMENTO POPULACIONAL MÉDIO ANUAL				
	Total (V.Abs)	Migratório		Vegetativo	
		V.Abs.	%	V.Abs.	%
1970/1980	4.631	4.195	91	435	9
1980/1991	5.283	3.857	73	1.427	27
1991/2000	7.788	5.819	75	1.969	25
2000/2006	8.644	5.819	67	2.825	33

Fonte: IBGE e SEADE

Quanto ao crescimento vegetativo, algumas características relevantes do perfil populacional no Município de Praia Grande merecem destaque:

- Os jovens são maioria no Município de Praia Grande, com 55% da população abaixo de 25 anos. No Estado de São Paulo apenas 49% da população tem até 24 anos;
- A população idosa (60 anos e mais), representa 8,4% do total. No Estado, os idosos representam pouco mais de 5% da população total;

- A taxa de Natalidade é de 1,2%, tendo nascido 3,7 mil pessoas no município no ano de 2004;
- A mortalidade infantil no Município de Praia Grande está relativamente controlada, chegando a cerca de 18 óbitos até um ano por mil nascidos vivos, índice bastante superior à média do Estado de São Paulo, de 14 por mil, e superior a índices de países desenvolvidos, da ordem de menos de 10 por mil;
- O índice de fecundidade atingiu, em 1996, 2,3 filhos por mulher ao longo de toda sua vida fértil. Estes índices, ainda que um pouco superiores aos estaduais, não indicam situação preocupante, seguindo tendência semelhante ao resto do País.

Outro dado relevante para a Baixada Santista e, em particular, para o município de Praia Grande refere-se ao montante de população flutuante que frequenta o local em fins de semana normais ou prolongados e em épocas de férias, especialmente no verão.

Entretanto, não se dispõe de estatísticas a respeito. Os estudos do Plano Diretor de Abastecimento de Água da Baixada Santista de 1995 estimaram picos da ordem de 1,8 milhões de turistas na época de carnaval, mais de 500 mil dos quais se dirigiram à Praia Grande. O Setor de Informações Gerenciais de Santos da SABESP forneceu estimativa da população flutuante, para o ano 2000, de 950 mil pessoas na Baixada Santista e 350 mil em Praia Grande. O Plano Diretor de Turismo da Baixada Santista estima uma visitação anual de turistas da ordem de 1,6 milhões na região. As estimativas elaboradas pelo SEADE para a SABESP acham-se representadas no Quadro 2.4 e coincidem com esse montante geral. Nesse quadro é possível verificar que a distribuição de turistas por município é proporcional, praticamente, à distribuição percentual dos domicílios de uso ocasional.

QUADRO 2.4

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO FLUTUANTE E DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL – BAIXADA SANTISTA

Município	População Flutuante 2005		Domicílios de Uso Ocasional 2.000	
	V.Abs.	%	V.Abs.	%
Bertioga	59.101	6,1	17.415	5,5
Cubatão	0	0	3.739	1,2
Guarujá	178.701	18,5	54.161	17,0
Itanhaém	104.158	10,8	30.365	9,5
Mongaguá	81.742	8,4	23.268	7,3
Peruíbe	58.653	6,1	17.588	5,5
Praia Grande	353.682	36,5	105.309	33,0
Santos	78.405	8,1	39.030	12,2
São Vicente	53.097	5,5	27.703	8,7
RMBS	967.539	100,0	318.673	100,0

2.2 Estudos Econômicos

O crescimento econômico do município de Praia Grande, nos último 10 anos, teve ritmo bastante acelerado, a contar pela evolução do Valor Adicionado – VAD, apresentada no Quadro 2.5.

QUADRO 2.5

VALOR ADICIONADO ANUAL PRAIA GRANDE: 1996/2005

Ano Base	Valor Adicionado (R\$)	Taxa de Crescimento (%aa)
1996	299.252.051	17,4
1997	351.350.595	
1998	330.590.978	-5,9
1999	420.364.172	27,2
2000	407.842.006	-3,0
2001	451.010.662	10,6
2002	422.698.191	-6,3
2003	464.890.875	10,0
2004	471.781.880	1,5
2005	520.637.244	10,4
1996/2005		6,3

Fonte: Prefeitura do Município Estância Balneária de Praia Grande

Indicadores do crescimento, como o consumo de energia, indicam, entretanto, uma expressiva retração no setor industrial, muito mais significativa do que na região da Baixada Santista, ao lado de um crescimento bastante alentado do setor de comércio e serviços, superior ao da média regional, conforme mostram os dados do Quadro 2.6.

QUADRO 2.6

**CRESCIMENTO DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
BAIXADA SANTISTA E PRAIA GRANDE 1996/2002**

Indicadores		% de Crescimento 1996/2002	
		Baixada Santista	Praia Grande
Consumo de Energia Elétrica	Industrial	5,0	-40,0
	Comércio e Serviços	23,5	70,4
	Residencial	-5,78	7,4
Número de Ligações de Energia Elétrica	Industrial	-18,6	-15,6
	Comércio e Serviços	13,7	22,5
	Residencial	19,7	30,1

Uma vez que o aumento do consumo de energia elétrica do setor terciário foi muito superior ao do número de estabelecimentos, pode-se inferir que o porte dos estabelecimentos esteja aumentando e/ou esteja crescendo o número de horas que permanecem em atividade.

Em relação ao consumo doméstico de energia elétrica, observa-se a mesma tendência da RMBS, ou seja, o aumento do número de ligações residenciais e o decréscimo do consumo médio, provavelmente refletindo mudanças no padrão de consumo das famílias após as contenções de consumo incentivadas em 2001, bem como a perda do poder aquisitivo dos salários ocorrida nesse período.

O emprego formal cresceu apenas 1,9% aa no período de 1996 a 2004 enquanto a população crescia 3,4% aa e o VAD 6,3 % aa. Conforme mostram os dados do Quadro 2.7 esse crescimento se deve principalmente ao desempenho do comércio e dos serviços que cresceram a taxas de 7,2% aa e 3,9% aa, respectivamente, já que o emprego industrial diminuiu 1,9% aa no período, incluindo o emprego na construção civil que decresceu 0,7% aa.

QUADRO 2.7

PESSOAL OCUPADO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PRAIA GRANDE 1996/2004

Ano	Empregos				
	Total	Indústria	Comércio	Serviços	Outros
1996	19.109	3.844	4.073	11.091	15
1997	20.030	3.891	4.501	11.560	48
1998	20.335	3.274	5.136	11.903	23
1999	20.122	3.154	5.155	11.790	23
2000	20.005	2.708	5.865	11.429	3
2001	20.290	2.590	5.576	12.289	0
2002	22.585	3.296	5.850	14.036	3
2003	22.398	3.012	6.404	12.974	8
2004	25.531	3.284	7.095	15.121	31

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho

Considerando que o setor terciário e o da construção civil tradicionalmente abrigam grande porcentagem de empregos informais, é possível supor que a sua representatividade na absorção da mão-de-obra local deve ser ainda mais expressiva.

Dados da Pesquisa de Origem e Destino realizada em 2005 pela Secretaria de Transportes do município corroboram esta suposição.

De fato, o primeiro dado que chama a atenção é que quase 26% da população localmente ocupada são trabalhadores autônomos, não protegidos por direitos trabalhistas e 17% são funcionários públicos, enquanto os demais empregados no setor de serviços representam apenas 10% e os do comércio 23,83%. Trabalhavam em outros municípios da Região Metropolitana pouco mais de 11% dos ocupados, dos quais, em torno de 4% no setor de serviços e outros tantos no comércio, enquanto que a indústria ocupava 3%.

Já os desempregados eram quase 13% dos entrevistados. Entretanto deve-se levar em conta que este número deve estar subestimado uma vez que a pesquisa foi metodologicamente orientada para detectar deslocamentos e apenas pequena parte dos desempregados sai diariamente de casa à procura de emprego e geralmente não declara sua condição. Tomando-se como base o que ocorre em outras regiões metropolitanas, seria possível inferir que o desemprego total em Praia Grande deve se situar, em 2005, entre 19% e 25% da população economicamente ativa.

De fato, o porcentual de população que não possui rendimentos, registrado pela pesquisa OD, aponta para a existência de um nível de desemprego alto, provavelmente superior a 20% da população economicamente ativa. O alto grau de informalidade do emprego pode também ser associada ao grande percentual (50%) da população que percebe renda inferior a três salários mínimos, conforme indicam os dados do Quadro 2.8.

QUADRO 2.8

NÍVEIS DE RENDA DA POPULAÇÃO PRAIA GRANDE – 2005

Renda Média Mensal (salários mínimos)	Número de Pessoas	%
Até 01 S.M.	5.430	9,40
De 01 a 03 SM	24.245	41,48
De 03 a 10 SM	13.451	23,29
De 10 a 20 SM	950	1,64
Mais de 20 SM	183	0,32
Sem rendimentos	13.500	23,37
Total	57.759	100,00

Fonte: Pesquisa OD – 2005 – Secretaria de Transportes de Praia Grande

Estas condições de rendimento associadas às de escolaridade, saúde e habitação redundam nos relativamente baixos índices de qualidade de vida acusados pelo município nos vários indicadores monitorados no Estado.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano¹ municipal, Praia Grande ocupava o 197º lugar dentre os municípios do Estado de São Paulo, com um IDH de 0,796. Posição não muito recomendável, reforçada através da sua classificação através do IPRS², onde é colocado entre os municípios do Grupo 2, que corresponde a municípios que, apesar de possuírem níveis de riqueza relativamente elevados, por não possuírem uma boa distribuição, não exibem bons indicadores sociais. Embora o município tenha melhorado em longevidade e escolaridade do ano 2000 para 2002, os outros parâmetros não evoluíram, tendo se verificado decréscimo no nível de renda e, conseqüentemente, manteve-se no mesmo Grupo 2. O indicador de vulnerabilidade, o IPVS³, existente

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi desenvolvido a partir das Nações Unidas e se destina a medir carências em países e regiões, a partir de dimensões como escolaridade, saúde, habitação, renda anual per capita e longevidade

² O Índice Paulista de Responsabilidade (IPRS), desenvolvido pelo SEADE, tem caráter complementar ao IDH, e tem por finalidade medir o esforço feito pelo poder público – municipal e estadual- para elevar as condições de vida da população.

³ O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), desenvolvido pelo SEADE, é resultado de cálculos complexos, multivariados, que abrangem os vários vetores de carência que constituem a estrutura da vulnerabilidade das famílias e permitem a localização e classificação, por distrito censitário, segundo graus de vulnerabilidade, crescente de um a seis.

apenas para o ano 2000, indicava que 31,8% da sua população encontrava-se nos grupos mais vulneráveis, com níveis V e VI que correspondem a alta e muito alta vulnerabilidade, respectivamente.

Outro aspecto que chama a atenção em Praia Grande refere-se ao elevado percentual de domicílios chefiados por mulheres, cerca de um quarto do total de domicílios permanentes, conforme dados do IBGE de 2.005.

Nesses domicílios chefiados por mulheres reside um percentual significativo equivalente a 18,4% do total municipal de crianças entre 0 e 6 anos de idade, 25,5% das crianças entre 7 e 14 anos, 15,6% dos adolescentes e expressivos 38,3% dos jovens de 18 anos e mais. As mulheres que moravam sozinhas representavam 22,6% dos domicílios chefiados por mulheres, o que representava cerca de 3.200 mulheres.

O grau de escolaridade dos chefes de domicílio mulheres é, em média, inferior ao dos chefes de domicílio homens e, em consequência, o rendimento mensal inferior, mostrando a tendência dessas famílias a reproduzirem em seus filhos a vulnerabilidade pela qual são atingidas no presente.

Das análises apresentadas acima, pode-se concluir que, embora a atividade econômica tenha crescido expressivamente na última década, os indicadores de emprego e renda permanecem baixos em Praia Grande. Estima-se que os níveis de desemprego superem os 20% da população economicamente ativa, circunstância sempre preocupante, principalmente em um município de fortes desigualdades e cuja mão de obra ocupada constitui-se, sobretudo, de trabalhadores autônomos, com baixa remuneração e desprovidos de segurança e vantagens da legislação trabalhista. Além disso, a atividade principal do município, o turismo, é fortemente sazonal, ensejando longos períodos de inatividade e, por consequência, sem rendimentos para os trabalhadores autônomos.

Para superar essa realidade a Prefeitura vem desenvolvendo importantes projetos, dentre os quais destaca-se a Incubadora de Empresas, o Banco do Povo e diversos programas da SEPROS voltados à produção de vestuário, culinária e artesanato.

Importantes iniciativas de caráter estratégico para o desenvolvimento econômico do município estão em andamento na esfera metropolitana e na municipalidade, em potencial parceria com o setor privado. Destaca-se dentre eles:

- Os esforços de atração de empresas vinculadas ao Porto de Santos que está recuperando competitividade nacional e ainda apresenta demandas de serviços por atender;
- A indicação da implantação de aeroporto internacional no município de Praia Grande, constante do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana da Baixada Santista, associado a áreas alfandegadas de armazenagem e áreas industriais;
- O Plano de Desenvolvimento Turístico regional, apoiado pela AGEM e incorporado pela Secretaria Municipal de Turismo, compreendendo os projetos Caminhos de Anchieta, Circuito dos Fortes, Trem Turístico, trilhas ecológicas, dentre outros;
- O CEASA – Central de Abastecimento a ser implantada nas proximidades do bairro do Trevo, junto à rodovia Padre Manoel da Nóbrega.

2.3 Finanças Públicas Municipais

Os dados relativos às receitas municipais fornecidos pela Prefeitura referem-se ao período 2000/2006, e acham-se sistematizados no Quadro 2.9.

O crescimento das receitas no período de 2000 a 2005 foi de, em média, 3,3% ao ano. Para o ano de 2006 prevê-se um aumento na arrecadação da ordem de 8,4%, já considerada a inflação.

O conjunto de impostos municipais formados pelas receitas tributárias representa atualmente (2005), 51%, do total arrecadado, nove pontos percentuais a menos do que o verificado em 2000. Esse desempenho indica uma maior dependência das transferências correntes, por parte do Município. Em 2000 essas transferências representavam 30% do total arrecadado, passando, em 2005, a representar 37%. Na previsão orçamentária de 2006, a Prefeitura estima uma queda ainda maior nas receitas tributárias, que deverão representar 49% do orçamento total.

Entre receitas correntes e de capital, observa-se o baixo valor desta última. As receitas de capital, no balanço do Município estão negativas graças à retirada de recursos do FUNDEF, que atingem na atualidade R\$ 7,5 milhões. No orçamento 2006, está prevista a manutenção desse déficit.

QUADRO 2.9

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – PRAIA GRANDE – 2000/2006

Valores constantes em mil R\$ de jan/06

Descrição	Realização no Período						Previsão Orçamentária
	Ano						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receitas Correntes							
Receitas Tributárias	163.858	167.840	175.172	151.623	159.778	163.015	171.999
Receitas de Contribuições	54	-	-	-	-	-	9.285
Receita Patrimonial	326	3.611	4.279	4.762	2.975	5.864	7.695
Receitas de Serviços	-	-	-	916	2.442	279	136
Transferências Correntes	81.386	88.886	96.361	84.103	103.529	118.903	126.685
Outras Receitas Correntes	20.630	33.265	31.524	32.338	39.268	36.044	34.189
<i>Total das Receitas Correntes</i>	<i>266.253</i>	<i>293.602</i>	<i>307.336</i>	<i>273.741</i>	<i>307.993</i>	<i>324.104</i>	<i>349.988</i>
Receitas de Capital							
Operações de Crédito	161	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	1.201	-	29	-	-	-
Transferências de Capital	7.077	4.387	17.983	3.454	2.599	5.431	6.983
Ded Rec p/ formação do FUNDEF	-	-	(7.572)	(6.612)	(6.730)	(7.486)	(7.44)
<i>Total das Receitas de Capital</i>	<i>7.238</i>	<i>5.587</i>	<i>10.412</i>	<i>(3.130)</i>	<i>(4.131)</i>	<i>(2.055)</i>	<i>(761)</i>
Total das Receitas Orçamentárias	273.238	299.189	317.748	270.612	303.862	322.049	349.227

Fonte: Prefeitura Municipal da Est. Balneária de Praia Grande

Valores corrigidos pelo IGP-DI da FGV

Quanto às despesas verifica-se no Quadro 2.10 que os itens que vêm absorvendo a maior parte do orçamento são: Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo, Saúde e Saneamento, além de Administração e Planejamento.

QUADRO 2.10

DEMONSTRATIVO DE DESPESA EMPENHADA POR FUNÇÃO PRAIA GRANDE – 2000/2006

Valores constantes em mil R\$ de jan/06

Função	Realização no Período						Previsão Orçamentária
	Ano						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Legislativa	13.016	10.997	10.048	9.001	8.430	7.063	8.579
Judiciária	3.876	5.635	-	-	-	6	-
Administração e Planejamento	82.707	67.821	47.958	36.810	31.077	37.097	37.169
Defesa Nacional e Segurança Pública	7.252	4.894	6.838	5.427	6.500	7.213	8.112
Desenvolvimento Regional	81	-	-	-	-	-	-
Educação e Cultura	63.650	74.311	72.903	69.568	79.069	84.147	89.614
Habitação e Urbanismo	51.360	56.269	103.669	82.431	98.685	102.659	90.785
Indústria, Comércio e Serviços	1.821	749	1.721	881	1.269	399	2.307
Saúde e Saneamento	38.832	30.914	46.750	40.710	58.104	57.993	67.715
Assistência e Previdência	5.906	13.867	6.009	6.307	5.903	6.238	8.479
Desporto e Lazer	-	433	554	497	538	1.516	1.945
Transporte	-	4.232	-	-	-	-	-
Gestão Ambiental	-	-	292	134	130	229	253
Encargos Especiais	-	-	9.512	13.158	11.059	12.401	10.923
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	2.946
Trabalho	-	-	1.517	-	-	-	-
Total	268.502	270.121	307.771	264.923	300.764	316.961	328.827

Fonte: Prefeitura Municipal da Est. Balneária de Praia Grande

Em contraposição ao observado na composição das receitas, as despesas de capital são significativas, conforme indicam os dados do Quadro 2.11. Para o ano de 2005 foram realizados R\$ 80,4 milhões em despesas de capital, cerca de 25% do total das despesas realizadas. Destas despesas, os investimentos são maioria esmagadora com R\$ 74,4 milhões. Também cabe ressaltar que as despesas de capital subiram de forma expressiva (24%) ao longo do período de 2000 a 2005.

No mesmo período as despesas correntes permaneceram praticamente inalteradas variando de R\$ 241,8 milhões em 2000 para R\$ 236,6 milhões em 2005, o que corresponde a uma queda de 0,4% ao ano.

A rubrica que maior relevância apresenta é a de gastos com pessoal. Do total das despesas correntes, realizadas em 2005, 55% estão concentrados nesta conta.

QUADRO 2.11

DEMONSTRATIVO DE DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA SEGUNDO ITENS PRAIA GRANDE – 2000/2005

Valores constantes em mil R\$ de jan/06

Função	Realização no Período					
	Ano					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total Despesa de Custo	22.264	123.128	124.326	118.718	127.559	130.397
Pessoal	129.461	123.128	124.326	118.718	127.559	130.397
Demais Despesas	95.803	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	16.576	89.330	85.982	82.901	105.121	106.161
Encargos da Dívida Interna	604	529	2.818	3.585	3.443	3.272
Transferências Intragovernamentais	7.055	9.842	359	2.249	1.041	242
Demais Transferências	8.917	78.958	82.805	77.067	100.637	102.647
<i>Total das Despesas Correntes</i>	<i>241.840</i>	<i>212.457</i>	<i>210.308</i>	<i>201.620</i>	<i>232.680</i>	<i>236.558</i>
Investimentos	22.124	50.863	92.881	57.569	62.394	74.380
Inversões Financeiras	1.260	1.513	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	2.739	5.288	4.582	5.735	5.690	6.023
Outras Despesas de Capital	539	-	-	-	-	-
Despesa de Capital	3.278	5.288	4.582	5.735	5.690	6.023
<i>Total das Despesas de Capital</i>	<i>26.662</i>	<i>57.664</i>	<i>97.463</i>	<i>63.304</i>	<i>68.084</i>	<i>80.403</i>
Total das Despesas Orçamentárias	268.502	270.121	307.771	264.923	300.764	316.961

Fonte: Prefeitura Municipal da Est. Balneária de Praia Grande

Valores corrigidos pelo IGP-DI da FGV

3. ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS E AMBIENTAIS

3. ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS E AMBIENTAIS

3.1 Caracterização Geral

Em função de suas características quanto à dinâmica de expansão urbana, o município de Praia Grande pode ser subdividido em duas grandes áreas distintas:

- Área A – compreendendo os bairros situados entre a orla marítima e a rodovia Padre Manoel da Nóbrega/ Via Expressa Sul
- Área B – compreendendo os bairros situados entre a rodovia Padre Manoel da Nóbrega/ Via Expressa Sul, ao norte, e entre as divisas municipais de Mogaguá e São Vicente.

Tomando por referência essa subdivisão são descritas, a seguir, as principais características do desenvolvimento da ocupação do município nos últimos dez anos.

3.1.1 Expansão da Mancha Urbana

A mancha urbana de Praia Grande não sofreu praticamente expansão no período de 1996 a 2005. A pequena expansão verificada concentrou-se na Área B, restringindo-se a avanços da ocupação nas bordas das áreas já urbanizadas e ao preenchimento de vazios intersticiais nos loteamentos pré-existentes. O crescimento da população residente no período, foi absorvido por adensamento.

3.1.2 Evolução das Densidades Residenciais

A densidade média da área urbana de Praia Grande passou de 20 para 31 hab/ha no período intercensitário de 1991 a 2000. Esse adensamento médio da ordem de 60% concentrou-se na Área B, especialmente nos bairro Antártica, Quietude e Trevo. Solemar II apresentou um incremento de 77% em suas densidades, porém ainda apresenta uma ocupação dispersa, com pouco mais de 5 hab/ha. Na Área A, foram os bairros Mirim e Caiçara que apresentaram maior adensamento no período, seguidos por Flórida e Antártica.

A densidade média da Área A é muito semelhante à da Área B, embora o padrão do assentamento seja completamente diferente. Na Área B predominam as edificações unifamiliares e na Área A as multifamiliares, com intenso aproveitamento do terreno, sobretudo nas quadras próximas à orla entre Boqueirão e Ocian, conforme é possível verificar, mais adiante, na descrição da evolução da área construída no município. Essa similitude de densidades, com padrões diferenciados de ocupação ocorre por diversas razões, principalmente pela grande incidência de domicílios de uso ocasional na Área A .

O Desenho 01 ilustra as densidades por setor censitário registradas no ano 2000 pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE.

QUADRO 3.1

EVOLUÇÃO DA DENSIDADE RESIDENCIAL POR BAIRROS 1991-2000

Bairro	Área urbanizável (ha) ⁽¹⁾	População Residente (hab)				Densidade Demográfica (hab/ha) ⁽²⁾		Variação (2000-1991)
		1991		2000		1991	2000	
		nº absoluto	%	nº absoluto	%			
Boqueirão	334	18.536	15%	20.215	10%	55,50	60,52	9,0%
Guilhermina	202	8.039	7%	10.406	5%	39,80	51,51	29,4%
Aviação	172	4.955	4%	7.323	4%	28,81	42,58	47,8%
Tupi	196	7.243	6%	9.858	5%	36,95	50,30	36,1%
Ocian	191	7.148	6%	8.806	5%	37,42	46,10	23,2%
Mirim	375	4.439	4%	7.977	4%	11,84	21,27	79,6%
Caiçara	299	3.332	3%	5.747	3%	11,14	19,22	72,5%
Flórida	283	2.243	2%	3.409	2%	7,93	12,05	52,0%
Solemar I	153	1.152	1%	1.424	1%	7,53	9,31	23,6%
Subtotal área "A"	2205	57.087	46%	75.165	39%	25,89	34,09	31,7%
Solemar II	640	1.946	2%	3.442	2%	3,04	5,38	77,0%
Melvi	474	2.569	2%	3.171	2%	5,42	6,69	23,4%
Trevo	1041	16.598	13%	32.756	17%	15,94	31,47	97,4%
Quiétude	758	15.958	13%	34.768	18%	21,05	45,87	117,9%
Antártica	377	17.289	14%	28.817	15%	45,86	76,44	66,7%
Sítio do Campo	646	12.045	10%	15.463	8%	18,65	23,94	28,4%
Subtotal área "B"	3936	66.405	54%	118.417	61%	16,87	30,09	78,4%
Total	6141	123.492	100%	193.582	100%	20,11	31,52	56,7%

Fontes: IBGE - Censos demográficos: 1991 - 2000

SEPLAN para área urbanizável

Nota: ⁽¹⁾ Área Urbanizável: corresponde às áreas dos bairros, excluindo-se a dos Parques, Mangues, faixas "non aedificandi" e terrenos compreendidos entre os Rios Branco/ Preto e Serra do Mar.

⁽²⁾ Densidade demográfica calculada sobre a área urbanizável

Desenho 01: Densidades Residenciais por Setor Censitário - 2000

3.1.3 Evolução da Participação dos Domicílios de Uso Ocasional

Na Área A três quartos dos domicílios são de uso ocasional, enquanto na Área B, essa relação é de apenas 11%. O Desenho 02 mostra a condição de maior ou menor incidência desses domicílios no território do município.

A participação dos domicílios de uso ocasional no total de domicílios em Praia Grande apresentou uma pequena redução no período intercensitário, passando de 63% em 1991 para 58% no ano 2000. Não houve nenhuma alteração mais expressiva, localizada, que merecesse registro.

QUADRO 3.2

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL POR BAIRROS 1991-2000

BAIRRO	Domicílios Totais (A)				Domicílios Uso Ocasional (B)				Relação (B/A)		Variação (2000-1991)
	1991		2000		1991		2000		uso ocasional/ domic. totais		
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	1991 (%)	2000 (%)	
Militar	31	0,0%	29	0,0%	0	0,0%	1	0,0%	0%	3%	3%
Boqueirão	20.557	18,7%	25.013	15,6%	13.923	20,1%	16.720	17,9%	68%	67%	-1%
Guilhermina	13.011	11,8%	17.152	10,7%	9.985	14,4%	12.939	13,9%	77%	75%	-1%
Aviação	6.328	5,8%	11.102	6,9%	4.454	6,4%	7.994	8,6%	70%	72%	2%
Tupi	11.176	10,2%	15.549	9,7%	8.293	12,0%	11.390	12,2%	74%	73%	-1%
Ocian	10.323	9,4%	14.825	9,2%	7.789	11,2%	11.139	11,9%	75%	75%	0%
Mirim	6.774	6,2%	10.525	6,6%	5.060	7,3%	7.348	7,9%	75%	70%	-5%
Caiçara	10.253	9,3%	13.502	8,4%	8.395	12,1%	10.589	11,4%	82%	78%	-4%
Flórida	7.486	6,8%	9.431	5,9%	6.348	9,2%	7.745	8,3%	85%	82%	-3%
Solemar I	3.003	2,7%	3.706	2,3%	2.606	3,8%	2.988	3,2%	87%	81%	-6%
<i>Subtotal área "A"</i>	<i>88.942</i>	<i>80,9%</i>	<i>120.834</i>	<i>75,4%</i>	<i>66.853</i>	<i>96,4%</i>	<i>88.853</i>	<i>95,3%</i>	<i>75%</i>	<i>74%</i>	<i>-1%</i>
Solemar II	1.294	1,2%	2.064	1,3%	655	0,9%	984	1,1%	51%	48%	-3%
Melvi	1.113	1,0%	1.524	1,0%	362	0,5%	489	0,5%	33%	32%	-1%
Trevo	5.005	4,6%	10.599	6,6%	503	0,7%	1.135	1,2%	10%	11%	1%
Quietude	5.521	5,0%	11.920	7,4%	447	0,6%	975	1,0%	8%	8%	0%
Antártica	4.547	4,1%	8.321	5,2%	341	0,5%	481	0,5%	7%	6%	-1%
Sítio do Campo	3.533	3,2%	5.027	3,1%	203	0,3%	358	0,4%	6%	7%	1%
<i>Subtotal área "B"</i>	<i>21.013</i>	<i>19,1%</i>	<i>39.455</i>	<i>24,6%</i>	<i>2.511</i>	<i>3,6%</i>	<i>4.422</i>	<i>4,7%</i>	<i>12%</i>	<i>11%</i>	<i>-1%</i>
Total	109.955	100,0%	160.289	100,0%	69.364	100,0%	93.275	100,0%	63%	58%	-5%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000

Notas: Área "A"- Compreende os bairros localizados entre a orla marítima e as vias Rodovia Pe. Manoel da Nóbrega / Acesso 291/55

Área "B"- Compreende os bairros localizados entre a Rodovia Pe. Manoel da Nóbrega / Acesso 291/55 e o limite do município

Desenho 02: Participação Relativa dos Domicílios de Uso Ocasional por Setor Censitário – 2000

3.1.4 Evolução da Área Construída

No município de Praia Grande existem cerca de 13 milhões de metros quadrados construídos para cerca de 148 mil unidades contribuintes, conforme dados relativos a 2004 fornecidos pela Secretaria de Finanças da Prefeitura. A grande maioria dessa área construída, cerca de 90%, corresponde a usos residenciais nas modalidades unifamiliar (45%) e multifamiliar (45%).

Nos bairros do Boqueirão, Guilhermina, Tupi, Ocian e Aviação estão concentrados 82% da área construída para uso residencial multifamiliar de todo o município e 41% de toda a área comercial.

A verticalização ainda aparece com porcentagem elevada em Caiçara e tem alguma incidência em Flórida, Mirim e Solemar I.

O Coeficiente de Aproveitamento-CA médio por bairro é apresentado no Quadro 3.3. Verifica-se que o CA médio no município equivale a 0,68, sendo que na Área A atinge praticamente 1.

QUADRO 3.3

COEFICIENTES DE APROVEITAMENTO MÉDIO POR BAIROS

Bairro	Área de Lotes	Área	CA
	Construídos	Construída	
Boqueirão	1.720.713	2.179.061	1,27
Guilhermina	1.124.465	1.563.520	1,39
Aviação	835.644	966.688	1,16
Tupi	1.191.127	1.482.627	1,24
Ocian	936.060	1.210.586	1,29
Mirim	1.580.273	976.484	0,62
Caiçara	1.527.560	1.202.308	0,79
Flórida	1.434.256	910.530	0,63
Solemar I	678.167	372.399	0,55
Sub-total Área A	11.028.265	10.864.205	0,99
Solemar II	386.045	166.731	0,43
Melvi	335.298	118.619	0,35
Trevo	1.074.236	351.750	0,33
Quietude	3.457.951	466.908	0,14
Antártica	1.435.624	469.260	0,33
S.do Campo	1.395.561	611.788	0,44
Sub-total Área B	8.084.715	2.185.056	0,27
Total geral	19.112.979	13.049.261	0,68

Fonte: Cadastro Imobiliário

A dinâmica recente de crescimento da área construída acha-se retratada no Desenho 03.

Quanto à dinâmica recente de crescimento da área construída, é possível observar que as áreas que mais participaram do crescimento da área construída do município situam-se nos bairros Tupi, Aviação, Guilhermina, Sítio do Campo e parte dos bairros Antártica e Quietude. No Boqueirão e em Caiçara somente um sub-setor fiscal absorveu parcela significativa do crescimento da área construída no período.

3.1.5 Estoques existentes

No município de Praia Grande existe ainda um considerável estoque tanto de lotes vagos em parcelamentos já implantados, como de unidades residenciais vagas.

Os dados cadastrados pela Prefeitura em 2005 apresentados no Quadro 3.3 dão conta da existência de 4.645 ha de terrenos vagos em Praia Grande, dos quais 3.605 ha correspondem à área de glebas situadas em zonas urbanas, em sua quase totalidade, na Área B.

Da área total de lotes cadastrados pela Prefeitura, ou seja, 2.952 ha, 35% está ainda vaga, sendo que a sua maior concentração (73%) está na Área B, principalmente no bairro do Trevo.

QUADRO 3.3

ÁREA DE TERRENOS URBANOS -2005

Situação	ÁREA DE TERRENOS (m ²)			% glebas
	lotes	glebas	Total	
Vagos	10.403.291,79	36.050.158,18	46.453.449,97	78
Construídos	19.112.979,49			
Total	29.516.271,28	36.050.158,18	65.566.429,46	55
% lotes vagos	35			

Fonte: Cadastro Imobiliário

No Desenho 04 é possível verificar a distribuição espacial dos estoques de terrenos vagos na área urbanizada do município.

Quanto ao estoque de domicílios, Praia Grande contava com 7.412 domicílios vagos no ano de 1991 e com 11.728 domicílios vagos no ano 2.000, segundo os dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse acréscimo foi proporcional ao aumento dos domicílios totais, mantendo-se constante no período a relação entre domicílios vagos e domicílios totais, da ordem de 7%. Este percentual é muito mais elevado na Área B, onde atinge 12%, do que na Área A onde corresponde a apenas 6%.

Desenho 03: Dinâmica de Crescimento da Área Construída entre 1998 e 2005, segundo dados do Cadastro Imobiliário

**Desenho 04: Proporção da Área de Lotes Vagos por Sub-Setor Fiscal -
2005**

QUADRO 3.4
EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS DOMICÍLIOS VAGOS,
POR BAIRROS: 1991-2000

Bairro	Domicílios Totais (A)				Domicílios Vagos (B)				Relação (B/A)	
	1991		2000		1991		2000		Vagos/ Dom. Total	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	1991 %	2000 %
Militar	31	0,0%	29	0,0%	3	0,0%	0	0,0%	10%	0%
Boqueirão	20.557	18,7%	25.013	15,6%	907	12,2%	1.441	12,3%	4%	6%
Guilhermina	13.011	11,8%	17.152	10,7%	485	6,5%	725	6,2%	4%	4%
Aviação	6.328	5,8%	11.102	6,9%	468	6,3%	839	7,2%	7%	8%
Tupi	11.176	10,2%	15.549	9,7%	727	9,8%	952	8,1%	7%	6%
Ocian	10.323	9,4%	14.825	9,2%	381	5,1%	719	6,1%	4%	5%
Mirim	6.774	6,2%	10.525	6,6%	372	5,0%	676	5,8%	5%	6%
Caiçara	10.253	9,3%	13.502	8,4%	774	10,4%	940	8,0%	8%	7%
Flórida	7.486	6,8%	9.431	5,9%	428	5,8%	565	4,8%	6%	6%
Solemar I	3.003	2,7%	3.706	2,3%	44	0,6%	244	2,1%	1%	7%
<i>Subtotal área "A"</i>	<i>88.942</i>	<i>80,9%</i>	<i>120.834</i>	<i>75,4%</i>	<i>4.589</i>	<i>61,9%</i>	<i>7.101</i>	<i>60,5%</i>	<i>5%</i>	<i>6%</i>
Solemar II	1.294	1,2%	2.064	1,3%	137	1,8%	163	1,4%	11%	8%
Melvi	1.113	1,0%	1.524	1,0%	152	2,1%	214	1,8%	14%	14%
Trevo	5.005	4,6%	10.599	6,6%	581	7,8%	1.181	10,1%	12%	11%
Quietude	5.521	5,0%	11.920	7,4%	788	10,6%	1.377	11,7%	14%	12%
Antártica	4.547	4,1%	8.321	5,2%	702	9,5%	1.105	9,4%	15%	13%
Sítio do Campo	3.533	3,2%	5.027	3,1%	463	6,2%	587	5,0%	13%	12%
<i>Subtotal área "B"</i>	<i>21.013</i>	<i>19,1%</i>	<i>39.455</i>	<i>24,6%</i>	<i>2.823</i>	<i>38,1%</i>	<i>4.627</i>	<i>39,5%</i>	<i>13%</i>	<i>12%</i>
Total	109.955	100,0%	160.289	100,0%	7.412	100,0%	11.728	100,0%	7%	7%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000

Notas: Área "A"- Compreende os bairros localizados entre a orla marítima e as vias Rodovia Pe. Manoel da Nóbrega / Acesso 291/55

Área "B"- Compreende os bairros localizados entre a Rodovia Pe. Manoel da Nóbrega / Acesso 291/55 e o limite do município

A distribuição espacial dos estoques de domicílios vagos acha-se registrada no Desenho 05.

**Desenho 05: Participação Relativa dos Domicílios Vagos por Setor
Censitário – 2000**

3.1.6 Condicionantes Legais

O Plano Diretor vigente, elaborado em 1996, já havia considerado as condicionantes legais que interferem ainda hoje no desenvolvimento urbano do município, sendo relevante destacar que:

- O Zoneamento Ecológico-Econômico estava em fase inicial de discussão e não foi até o momento regulamentado, embora as diretrizes estejam praticamente consolidadas e consensadas entre as partes interessadas;
- O Parque Estadual da Serra do Mar já havia sido devidamente excluído da zona urbana do município, como veio a exigir a Lei Federal nº 9.985/00 que instituiu o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, mas o Parque Estadual do Xixová-Japuí deverá ser excluído da zona urbana, nesta revisão do Plano Diretor, para adequar-se à determinação da lei federal;
- O Parque Estadual da Serra do Mar não contava com o Plano de Manejo que hoje está em fase final de elaboração, devendo ser incorporadas na revisão do Plano Diretor as diretrizes relativas às suas zonas de amortecimento e eventuais corredores de fauna que venham a ser especificados;
- A Área Natural Tombada da Serra do Mar e de Paranapiacaba e sua área tampão de 300 metros, já haviam sido consideradas, juntamente com o Parque Estadual da Serra do Mar e sua zona de amortecimento, sob a forma de zona de transição no macrozoneamento do município;
- O Código Florestal também havia sido considerado, tendo previsto faixas “non aedificandi” mais abrangentes que as Áreas de Preservação Permanente, ao longo dos cursos d’água, entretanto, a Resolução CONAMA 303/02 estabeleceu referência para a delimitação das Áreas de Preservação Permanente relativas à restinga, em faixa de 300 metros da linha de preamar, que deverá ser considerada nesta revisão das normas municipais;
- O Decreto Federal nº 750 de 10/02/03 também havia sido considerado na ocasião em que foi elaborado o Plano Diretor, devendo ser observados nesta revisão do Plano, os desdobramentos mais recentes da regulamentação desse decreto.

3.2 Habitação

Em levantamento concluído e monitorado desde 2003, foi possível identificar 71 ocorrências de irregularidades diversas na ocupação do território do município. Destas, 17 ocorrências correspondem a casos já solucionados, irregularidades pontuais e edificações cujas soluções são de cunho rotineiro ou processual. As 54 ocorrências que merecem tratamento especial estão representadas no Desenho 06 e no Quadro 3.5.

Neste universo, foram incluídos todos os tipos de irregularidades fundiárias e urbanísticas, que foram enquadradas nas seguintes categorias:

- Ocupações em áreas de risco ou de preservação ambiental;
- Ocupações irregulares de glebas particulares ou dominiais;

-
- Loteamentos clandestinos;
 - Ocupações de áreas públicas;
 - Ocupações irregulares de lotes;
 - Implantação de loteamentos em desacordo com o projeto registrado.

Da análise da situação atual, acima resumida, verifica-se que o município apresenta claramente carências na implementação de programas institucionais de produção de habitação. Das experiências desenvolvidas percebe-se que, de um lado, o Programa de Arrendamento Residencial – PAR promovido pela Caixa Econômica Federal não atinge o principal foco de demanda, que são famílias com rendimento abaixo de 3 salários mínimos.

Por outro lado, apesar da existência de um bom estoque de lotes desocupados no município, o aproveitamento destes se revela inexequível frente às restrições à ocupação impostas pela legislação ambiental estadual e federal.

Dentre as atividades desenvolvidas pela SEURB para dar atendimento à demanda habitacional da população de menor poder aquisitivo, destacam-se:

- O programa de regularização fundiária que envolve um montante de 9.800 domicílios, tendo sido iniciada sua implantação em dois núcleos prioritários: Vila Tupiry e Núcleo Caieiras II, totalizando 2.365 domicílios;
- O programa de contenção de invasões implementado desde 1998, que compreende vistorias sistemáticas e acompanhamento de ocorrências;
- O programa de remoção de habitações assentadas em áreas de risco, em favelas e áreas legalmente protegidas, que desde 2001 transferiu para unidades habitacionais produzidas pela Prefeitura, 484 famílias erradicadas dos Núcleos Cemitério e Alfaville, além de ocupações esparsas junto à faixa de domínio do DER, de canais e áreas de preservação;
- O programa de lotes urbanizados que compreende a habilitação de lotes para acolher famílias removidas de áreas de risco e proteção ambiental, em caráter emergencial, tendo totalizado até o momento, apenas 60 unidades;
- O programa de unidades habitacionais para atendimento preferencial a famílias atingidas por remoção de áreas de risco e de proteção ambiental, tendo totalizado 484 unidades, estando em produção mais 66 unidades e programadas mais 300 unidades, para curto prazo;
- O programa de construção de conjuntos habitacionais de interesse social da Prefeitura em parceria com entidades privadas, com a Caixa Econômica Federal e com o Governo do Estado que totalizou aproximadamente 2000 unidades entre o PROLAR-Mutirão, o CEF/PAR e a Polícia Militar;
- O programa de arquivamento de plantas de loteamentos no Cartório de Registro de Imóveis, de cunho estritamente legal, visando viabilizar a efetivação das transações realizadas e a abertura de matrículas específicas para os lotes comercializados.

Quadro 3.5
Levantamento de Áreas Passíveis de Intervenção visando Regularização Ambiental, Urbanística ou Fundiária

ID	LOCAL	N.º DOM (*)	Base Fundiária			Tipo de Ocupação Irregular				DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO	CATEG.
			Gleba	lotes	Loteam Irreg	Em APP	Em Área Pública Pref.	Em Área Pública ESTADO	Vias			
1	Jardim Minas Gerais Boqueirão	sem info								Ocupação de ÁREA PÚBLICA	Deverá ser elaborado estudo para consolidar o núcleo	P
2	Lot. VI Antártica II Aviação	39								Ocupação de QUADRA, ÁREA PÚBLICA e SISTEMA VIÁRIO onde há superposição de títulos.	Demanda ação específica para a solução da determinação da base fundiária, desafetação de área pública /ou remoção. Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	P F V
3	VI. Tupiry 2º gleba Tupi	46								Ocupação de ÁREAS PÚBLICAS de loteamento registrado	Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização	P
4	Av. dos Sindicatos Mirim	sem info								Ocupação desordenada em LOTES do Estado de SP	Demanda ação específica para o ordenamento urbano e regularização fundiária. Definição de formas de transferência do Estado para os ocupantes. Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	F
5	Entre os Loteamentos Califórnia e Sindicatos Mirim	sem info								Ocupação desordenada em Área Não Titulada	Não se trata de ocupação subnormal, porém demanda ação para a titulação das áreas ocupadas e solução para a alienação aos ocupantes. Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	G
6	Loteamentos Jardim Mara e Jardim Nicinha Caiçara	40								Ocupação de ÁREAS PÚBLICAS de loteamento registrado	Com reintegração de posse expedida e não executada. Em estudo para solucionar consolidação do núcleo	P
7 e 8	Loteamento Vila Balneária Flórida	45								Ocupação de Lotes, Sist. Viário e Faixa da Ferrovia por Habitação Subnormal obstruindo circulação	Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização	V
9	Gleba – divisa de Mongaguá / Jd.Alice Solemar II	sem info								Ocupação em encosta e APP	Para remoção. Irregularidade predominantemente edílicia e ambiental. Desnecessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	R (r.) G

Quadro 3.5
Levantamento de Áreas Passíveis de Intervenção visando Regularização Ambiental, Urbanística ou Fundiária

ID	LOCAL	N.º DOM (*)	Base Fundiária			Tipo de Ocupação Irregular				DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO	CATEG.
			Gleba	lotes	Loteam Irreg	Em APP	Em Área Pública Pref.	Em Área Pública ESTADO	Vias			
10	Jardim Alice Solemar II	sem info								Ocupação de ÁREA PÚBLICA e parte de APP	Pelo porte dificilmente seria removido, Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	P R(a)
11	Parque Balneário Solemar Solemar II	18								Ocupação de ÁREA PÚBLICA e parte de APP/non-aedificandi	Pelo porte dificilmente seria removido, Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	P V G
12	Glebas – Pedreira Gato Preto Solemar II	43								Ocupação desordenada de área particular e de APP	Permitiria adensamento para promoção de HIS. Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	G R(a)
13	Gleba – Melvi	sem info								Ocupação desordenada de ÁREA PÚBLICA, GLEBA PARTICULAR e parte de APP.	Carece de ordenamento e definição de solução para as ocupações de Áreas Públicas . Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	G R(a)
14	Gleba Jardim Jurubayba Trevo	833								Invasão/Ocupação de ÁREAS PÚBLICAS e porção remanescente de Gleba parcialmente loteada.	Carece de ordenamento e definição de solução para as ocupações de Áreas Públicas . Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	G' P
15	Gleba – Prolongamento Miami Paulista Trevo	sem info								Ocupação de porção remanescente de Gleba parcialmente loteada.	Carece de ordenamento. Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização .	G'
16	Gleba – Tubaiarú Trevo	sem info								Ocupação de porção remanescente de Gleba parcialmente loteada.	Carece de ordenamento. Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização .	G'
17	Vila Rio Mar Trevo	189								Ocupação de ÁREAS PÚBLICAS e SISTEMA VIÁRIO, implantação em desacordo com projeto registrado	Intervenção se restringiria às Áreas Públicas invadidas com Plano de Urbanização/ Reestruturação Urbana/ Requalificação Urbana.	F V P

Quadro 3.5
Levantamento de Áreas Passíveis de Intervenção visando Regularização Ambiental, Urbanística ou Fundiária

ID	LOCAL	N.º DOM (*)	Base Fundiária			Tipo de Ocupação Irregular				DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO	CATEG.
			Gleba	lotes	Loteam Irreg	Em APP	Em Área Pública Pref.	Em Área Pública ESTADO	Vias			
18	Loteamento ilegal Jd. Silmara Trevo	621								Ocupação irregular de Gleba dada em pagamento à Prefeitura (dação), em processo de regularização pela PMPG	Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização	LG
19	Balneário Esmeralda Trevo	139								Ocupação de ÁREAS PÚBLICAS e SISTEMA VIÁRIO, implantação em desacordo com projeto registrado	Intervenção se restringiria às Áreas Públicas invadidas com Plano de Urbanização/ Reestruturação Urbana/ Requalificação Urbana.	FVP
20	Jardim Sônia Regina Trevo	sem info								Ocupação de ÁREAS PÚBLICAS e SISTEMA VIÁRIO, implantação em desacordo com projeto registrado	Intervenção se restringiria às Áreas Públicas invadidas com Plano de Urbanização/ Reestruturação Urbana/ Requalificação Urbana.	FV
21	Balneário Jóia Trevo	sem info								Ocupação de ÁREAS PÚBLICAS e implantação em desacordo com projeto registrado	Intervenção se restringiria às Áreas Públicas invadidas com Plano de Urbanização/ Reestruturação Urbana/ Requalificação Urbana.	FV
22	Loteamento e Gleba – Balneário Palmeiras II Trevo	sem info								Ocupação irregular de Gleba particular e ÁREAS PÚBLICAS, em processo de regularização pela PEBPG	Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização	LG
23	Gleba – Cruzeiro do Sul Trevo	255								Ocupação desordenada de Gleba particular (parte dada em pagamento à PM)	Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização	G
24/25	Loteamento e Gleba – Maracanã Mirim Trevo	174								Ocupação de ÁREAS PÚBLICAS e implantação em desacordo com projeto registrado. Porção remanescente da Gleba também com ocupações pontuais e irregulares	Intervenção se restringiria às Áreas Públicas invadidas com Plano de Urbanização/ Reestruturação Urbana/ Requalificação Urbana.	GVF
26	Balneário Maracanã Mirim / Vila Ribeirópolis Trevo	169								Ocupação de FAIXA ENTRE LOTEAMENTO SEM TITULAÇÃO	Não se trata de ocupação subnormal, porem demanda ação para a titulação das áreas ocupadas e solução para a alienação aos ocupantes.	G
27	Gl. Bal. Maracanã	13								Ocupações irregulares junto à alça de acesso e faixa da Ferrovia	Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	G'

Quadro 3.5
Levantamento de Áreas Passíveis de Intervenção visando Regularização Ambiental, Urbanística ou Fundiária

ID	LOCAL	N.º DOM (*)	Base Fundiária			Tipo de Ocupação Irregular				DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO	CATEG.
			Gleba	lotes	Loteam Irreg	Em APP	Em Área Pública Pref.	Em Área Pública ESTADO	Vias			
28	Bal.Yolanda, Vl. Califórnia, Bal. Mirim, Bal. Emboassú e Bal. Celimar	sem info								Quadra de loteamento implantado em desacordo com projeto aprovado com ocupação de SISTEMA VIÁRIO e PRAÇA e lotes particulares, com ocupação de APP	Carece de ordenamento e definição de solução para as ocupações de Áreas Públicas. Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	IPFVR(a)
29	Faixa anexa a favela da Mirim	sem info								Ocupação por HABITAÇÕES SUBNORMAIS de GLEBA sem titulação conhecida contígua à Gleba 51	Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	G+
30	Gl. não loc. Mirim e Rod. SP 55	sem info								Ocupação por HABITAÇÕES SUBNORMAIS de GLEBA sem titulação conhecida contígua à Gleba do ESTADO	Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	G+
31	Gl. – Sindicatos Favela Mirim Quietude	274								Ocupação por HABITAÇÕES SUBNORMAIS de GLEBA do ESTADO	Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	G+
32	Gl. Acaraú dos Mendes	sem info								Ocupação HABITAÇÕES SUBNORMAIS de Gleba e área de APP	Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	G R(a)+
33	Áreas públicas: Vl. Alice, Jd. Roberto Andraus, Bal. Oceânico e Bal. Marizana Lotes particulares Pq. Acapulco, Bal. Mirante e Bal. Mirasol	sem info								Ocupação de ÁREAS PÚBLICAS E APP e lotes particulares com incidência de APP	Carece de ordenamento e definição de solução para as ocupações de Áreas Públicas . Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	IPFR(a)
34	Jardim Eriwalsan Quietude	sem info								Loteamento clandestino	Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	L
35	Jardim Quietude Quietude	81								Ocupação super adensada de Quadras, SISTEMA VIÁRIO, PRAÇA e lotes particulares com ocupação de APP	Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	IPFVR(a)
36	Jd. dos Universitários Quietude	sem info								Loteamento clandestino	Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	L

Quadro 3.5
Levantamento de Áreas Passíveis de Intervenção visando Regularização Ambiental, Urbanística ou Fundiária

ID	LOCAL	N.º DOM (*)	Base Fundiária			Tipo de Ocupação Irregular				DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO	CATEG.
			Gleba	lotes	Loteam Irreg	Em APP	Em Área Pública Pref.	Em Área Pública ESTADO	Vias			
37	Quietude II Quietude	sem info								Loteamento clandestino e APP	Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	L R(a)
38	Área Paulo Vitor Vieira Quietude	sem info								Ocupação de ÁREA PARTICULAR em processo de regularização pelo proprietário e APP. Loteamento clandestino.	Apesar de estar em processo de regularização pelo proprietário, talvez seja necessário Plano de Urbanização.	L R(a) G
39	Núcleo Caieiras Quietude	2.365								Invasão de ÁREA PRIVADA em processo de regularização que prevê a titulação através de USUCAPIÃO COLETIVO QUADRA A QUADRA e remoção em APP	Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	G' R(a)
40	Vila Tupi Quietude	sem info								Ocupação de ÁREA PÚBLICA e APP	Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	P R(a)
41	Gleba Contígua ao Balneário Maxland Antártica	83								Invasão de APP e Gleba	Para remoção. Irregularidade predominantemente edilícia e ambiental. Desnecessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	R(a) G
42	Gleba Vila São Jorge Antártica	incluído no núcleo acima								Invasão de APP e Gleba	Para remoção. Irregularidade predominantemente edilícia e ambiental. Desnecessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	R(a) G
43/44/45	Lot. VI São Jorge Antártica	37								Ocupação de ÁREA PÚBLICA	Intervenção se restringiria às Áreas Públicas invadidas com Plano de Urbanização/ Reestruturação Urbana/ Requalificação Urbana.	P
45 à 53	Lot. VI. Sônia Antártica	796								Quadra de loteamento implantado em desacordo com projeto aprovado com ocupação de SISTEMA VIÁRIO, PRAÇA e lotes particulares (Total 08 quadras) com ocupação de APP	Necessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	F V P R(a)

Quadro 3.5
Levantamento de Áreas Passíveis de Intervenção visando Regularização Ambiental, Urbanística ou Fundiária

ID	LOCAL	N.º DOM (*)	Base Fundiária			Tipo de Ocupação Irregular				DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO	CATEG.
			Gleba	lotes	Loteam Irreg	Em APP	Em Área Pública Pref.	Em Área Pública ESTADO	Vias			
54	Gl. Contígua – Vl. Isabel Antártica	sem info								Ocupação HABITAÇÕES SUBNORMAIS (05) de área de APP	Para remoção. Irregularidade predominantemente edilícia e ambiental. Desnecessário o tratamento de área de intervenção através de Plano de Urbanização.	R(a)+

LEGENDA CATEGORIAS DE OCORRÊNCIAS

G	Ocupação de Gleba Particular ou Dominial não parcelada
G'	Ocupação ordenada de Gleba Particular ou Dominial não parcelada
P	Ocupação de Área Publica com restrição à ocupação
V	Ocupação de Sistema Viário Público
F	Ocupação de loteamento implantado em desacordo com Projeto Aprovado
L	Loteamento clandestino
R(a)	Área de remoção devido ocupação de área ambientalmente protegida
R(r.)	Área de remoção devido ocupação de área de risco
I	Invasão de lotes regularmente registrados
.+	<i>Incidência de ocupações Sub-Normais /Favelas</i>

Fonte: SEURB - Relatório da Comissão Especial de Regularização de Loteamentos / Out 2003

(*) N.º de domicílios relativo somente aos núcleos levantados pelo ao Censo/98 e indicados nos estudos do Plano Diretor/96

**Desenho 06: Áreas Passíveis de Intervenção Visando a Regularização
Ambiental, Fundiária e Urbanística**

3.3 Infra-Estrutura

3.3.1 Mobilidade Urbana

a. Sistema Viário

O sistema viário de Praia Grande, representado no Desenho 07, acha-se enquadrado nas seguintes categorias hierárquicas, estabelecidas na Lei Complementar nº 153/96:

- Rede Básica:
 - rodovias;
 - vias de interesse turístico;
 - vias arteriais de 1ª categoria
 - vias arteriais de 2ª categoria
- Rede Secundária:
 - vias coletoras principais;
 - vias coletoras secundárias;
 - vias locais;
 - ciclovias;
 - vias de pedestre.

Atualmente, a EMTU tem competência sobre o Sistema Viário de Interesse Metropolitano – SIVIM das regiões metropolitanas do Estado. Na Região Metropolitana da Baixada Santista, a rede viária objeto do SIVIM foi consolidada no Plano Viário Metropolitano da Baixada Santista compreendendo as seguintes categorias hierárquicas:

- Vias Macrometropolitanas
- Vias Metropolitanas
- Vias Metropolitanas Secundárias

Não existe plena correspondência entre as categorias viárias estabelecidas pelo Plano Diretor de Praia Grande e as categorias previstas no SIVIM. Como a rede viária do SIVIM deverá ser ratificada por lei municipal, haverá necessidade de compatibilizar categorias e vias do plano municipal com o plano estadual.

Com relação à evolução das condições viárias no município a partir de 1996, cabe fazer os seguintes destaques:

- Foram concluídas as melhorias na avenida Castello Branco, Via de Interesse Turístico, no âmbito do projeto de urbanização da orla marítima, incluindo vias de pedestres, ciclovias e paisagismo;

-
- Foram concluídas as obras da Via Expressa Sul, antigo Acesso 291/SP-55 que liga a Curva do “S” à avenida Ayrton Senna da Silva que passou de Via Arterial de 1ª Categoria para a nova categoria de Via Rápida, sem cruzamentos, com acessos controlados e passagens inferiores que garantem a articulação entre a Área A e a Área B;
 - Foram implantadas ciclovias na avenida do Trabalhador, em ambos os lados da Via Expressa Sul, na avenida São Paulo e na avenida Marginal nos bairros do Trevo e Melvi.
 - Foi amplamente estendida e substituída por asfalto a pavimentação das vias locais e coletoras, especialmente na Área B, nos bairros Quietude, Sítio do Campo e Antártica, além da pavimentação das principais vias de acesso ao bairro do Trevo e de complementações em bairros da Área A, conforme mostra o Desenho 08.

Dentre as principais propostas viárias do Plano Diretor elaborado em 1996, a única que não foi implementada é o alargamento da avenida Presidente Kennedy.

Os principais planos voltados para a melhoria e ampliação do sistema viário de Praia Grande são:

- O SIVIM – Sistema Viário de Interesse Metropolitano conduzido pela EMTU, que prevê a implantação de viadutos e passarelas ao longo da rodovia Padre Manoel da Nóbrega, além de alargamentos e construção de marginais em pequenos trechos da rodovia, com vistas a superar os conflitos entre o tráfego de passagem e o tráfego urbano;
- A implantação de alça de acesso interligando a Via Expressa Sul à rodovia Padre Manoel da Nóbrega, com 3.680 metros de extensão;
- A implantação de faixa adicional e de vias marginais na rodovia Padre Manoel da Nóbrega;
- O término das obras da Via Expressa Sul;
- A construção de pista de retorno sob o viaduto da curva do “S”;
- A construção de passarela em frente ao Litoral Plaza Shopping;
- A remodelação da avenida Ayrton Senna da Silva;
- A remodelação com alargamento do leito da avenida Presidente Kennedy;
- A adequação do Corredor Avenida Presidente Costa e Silva;
- A implantação de Plano de Ciclovias;

A abertura da Via Ecológica ladeando o Parque Estadual do Xixová.

Desenho 07: Hierarquização do Sistema Viário

Desenho 08: Situação da Pavimentação - 2005

b. Sistema de Transportes

Quanto ao transporte coletivo em Praia Grande, operou-se grande melhoria com relação à situação registrada em 1996, a partir da concorrência pública realizada para a concessão do sistema. Por força do contrato assinado, a empresa vencedora da licitação foi responsável pela construção de dois terminais e de 200 abrigos de ônibus na zona urbana. Os terminais foram implantados nas localizações previstas em projeto e denominados Tude Bastos e Tatico, respectivamente. Sua inauguração se deu em 1996 e, a partir daquele ano, começou a operar o sistema de linhas tronco-alimentadoras.

Em 1999 foi implantado o sistema do Bilhete e Cartão-transporte, assim como das catracas eletrônicas dentro dos ônibus e nos terminais, o que possibilitou a integração gratuita entre as linhas municipais e a integração com as linhas intermunicipais pagando tão somente o valor diferencial da tarifa.

Atualmente, o sistema de transporte coletivo é operado pela mesma empresa vencedora da licitação de 1995 (Empresa Concessionária Executiva de Transportes Urbanos), que teve seu contrato prorrogado. O perfil operacional da empresa pode ser resumido em:

- número de linhas: 17;
- frota: 74 veículos, sendo 67 operantes e 7 de reserva técnica;
- atendimento: média mensal do 1º semestre de 2005 = 1.086.053 passageiros.

Cabe destacar que, além da idade média da frota não ultrapassar 3,5 anos, dez dos 67 ônibus operantes são dotados de facilidades para atendimento a portadores de deficiência física (elevadores com plataforma móvel e porta independente).

Outro fato a ser destacado é a criação, pela Prefeitura, da Linha Expressa Comercial – LEX – que, operando com tarifa reduzida de característica social, interliga, através de duas linhas integradas, os bairros mais carentes da área “B” com as zonas comerciais, sem passar pelos terminais.

O sistema de transporte intermunicipal é gerenciado atualmente pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos LTDA. – E.M.T.U. – e é composto por 10 (dez) linhas suburbanas.

A integração do sistema municipal com o intermunicipal está sendo implantada em fases, tendo sido beneficiados até o momento, os municípios de Cubatão, Santos e São Vicente. A curto prazo está prevista a integração de mais duas linhas com Santos e a implantação de uma linha semi-expressa Praia Grande – Peruíbe, além de dois pontos de transbordo: um na divisa com Mongaguá e outro na divisa com São Vicente.

Segundo dados fornecidos pelo Departamento de Transporte da SETRANSP, a média mensal de passageiros transportados pelas linhas intermunicipais que atendem Praia Grande foi, no ano de 2004, de cerca de um milhão de passageiros (995.936 pas/mês), sendo mais de 600 mil pas/mês nas linhas que se destinam a Santos.

É de se notar a grande mobilidade intermunicipal da população nos municípios da Baixada, provocada, principalmente, pelos empregos oferecidos pelos municípios onde há maior concentração de atividades econômicas, como é o caso da cidade de Santos (presença do porto e comércio) e Cubatão (indústrias).

Este fato foi fartamente comprovado pela pesquisa OD (origem-destino) realizada pela SETRANSP, em 2005, destacando-se as seguintes conclusões:

- 73% da população pesquisada não possuem automóvel;
- O ônibus se caracteriza como principal modo de transporte na cidade (95% das pessoas pesquisadas) e, em segundo lugar, com 43%, a bicicleta;
- Cerca de 36% da população pesquisada são usuários do sistema integrado municipal/intermunicipal e cerca de 46% são usuários do sistema integrado municipal/municipal;
- A maior frequência de uso do ônibus corresponde a deslocamentos em função de trabalho (27%) e à utilização de serviços (28%);
- As zonas mais populosas do município – Trevo, Quietude e Antártica – geram mais de 52% das viagens por ônibus;
- A região do Boqueirão constitui o destino de mais de 46% das viagens geradas no município, seguida por Santos com cerca de 23% e São Vicente com aproximadamente 7,5%, evidenciando-se como principais pólos de emprego e serviços.
- A região do Boqueirão também exerce forte atração para viagens “modo bicicleta”, concentrando cerca de 32% das viagens.
- 76% dos entrevistados exprimiram o desejo de implantação das linhas de ônibus seletivas;
- A preferência sobre a implantação de novas ciclovias recaiu sobre a Av. Presidente Kennedy, que percorre o município em toda a sua extensão.

Os principais planos de transporte público existentes para Praia Grande são:

- O SIM – Sistema Integrado Metropolitano da Baixada Santista, promovido pela EMTU, que visa a integração e racionalização do transporte urbano de passageiros, compreendendo a implantação de corredor de transporte articulado expresso com Veículo Leve sobre Pneus na faixa ferroviária;
- A Estação de transbordo de apoio à linha Semi-expressa que interliga os municípios de Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe.

3.3.2 Saneamento Ambiental

a. Esgotamento Sanitário

A avaliação da evolução dos níveis de desempenho do sistema de esgotamento sanitário do município de Praia Grande foi realizada através de dois indicadores: nível físico de atendimento da rede de esgotos e balneabilidade das praias.

O sistema de esgotamento sanitário existente em Praia Grande, em 1996, segundo avaliação realizada por ocasião da elaboração do Plano Diretor do município, deixava muito a desejar. De fato:

- do projeto do Sistema de Esgotos Sanitários de Praia Grande que contempla três subsistemas, estava implantado apenas o sub-sistema 1, atendendo partes dos bairros Boqueirão, Guilhermina e Ocian, além do conjunto isolado existente no loteamento Samambaia;
- quanto à balneabilidade das praias e qualificação de suas águas, pela classificação da CETESB, estas eram consideradas impróprias e más.

Analisando a situação atual, pode-se constatar que houve um avanço no atendimento pela rede, principalmente na denominada área “A”, onde foi implantado o subsistema II do projeto global. Mesmo assim, a rede de esgoto em funcionamento não chega a atender nem metade da área “A”.

Em 2005 os únicos bairros 100% atendidos eram Boqueirão e Guilhermina. Nos bairros Aviação, Tupi, Ocian, Antártica e Sítio do Campo as obras de expansão da rede encontravam-se em diferentes estágios de avanço físico com relação ao projeto.

A situação atual dos sistemas de esgotamento sanitário acha-se registrada no Desenho 09.

Com o sistema de coleta de esgotos parcialmente implantado na Área “A”, a situação da balneabilidade da maioria das praias do município evoluiu de má para regular, conforme dados da CETESB apresentados no Quadro 3.6.

QUADRO 3.6 – EVOLUÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ANUAL DA BALNEABILIDADE DAS PRAIAS – 1991-2000

Praias	Período de 1991 a 2000									
	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
Boqueirão	M	M	M	M	M	M	R	R	R	R
Guilhermina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R
Ocian	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R
Vila Mirim	M	M	M	M	M	M	R	R	R	R
Vila Caiçara	M	M	M	M	M	M	M	M	M	R
Balneário Flórida	M	M	M	M	M	M	R	M	M	R
Jardim Solemar	M	M	M	M	M	M	M	M	R	R

Fonte: CETESB

Notas: M = MÁ

R= REGULAR

Com o propósito de potencializar a eficiência do sistema implantado e, em consequência, melhorar ainda mais os índices de balneabilidade das praias, o Departamento de Meio Ambiente da SEURB, em convênio com a Sabesp e a Escola Técnica Adolpho Berezin, vem implantando, desde setembro de 2002 o programa Esgoto Certo. Este programa visa corrigir irregularidades, dando orientação aos proprietários no sentido de fazerem suas ligações à rede de esgotos, onde esta existe, ou de utilizarem fossas sépticas nas áreas ainda não dotadas de rede. Os resultados preliminares da implantação deste trabalho são bastante satisfatórios, apresentando um salto significativo na redução das irregularidades apontadas.

Desenho 09: Infra-estrutura Principal de Saneamento - 2005

O Departamento de Meio Ambiente da SEURB realizou estudo dos índices de balneabilidade das praias utilizando os critérios da Resolução CONAMA nº 274/00. Os resultados desse estudo referentes ao período de 2003 a 2005 são apresentados no Quadro 3.7, e indicam as seguintes tendências:

- os melhores resultados da pesquisa referem-se aos bairros que possuem a rede de esgoto implantada e em operação, a saber: Boqueirão, Guilhermina, Tupi e Ocian;
- mesmo nestes bairros, a situação fica agravada no período de novembro a fevereiro;
- com exceção do bairro Tupi, houve uma melhora nos resultados anuais totais no ano de 2004 em relação ao de 2003, nos bairros com rede de esgoto implantada;
- nos bairros não atendidos pela rede de esgoto (Mirim, Caiçara, Flórida e Solemar), a situação de balneabilidade também apresenta resultados totais anuais melhores no ano de 2004 se comparada com o de 2003, mas nos bairros Mirim e Flórida, nos totais apresentados para o ano de 2005 (janeiro a outubro), prevalece a situação imprópria para banho.

De modo geral, para o município como um todo, a situação anual “Própria para Banho” evoluiu de 57% dos casos em 2003 para 63,86% em 2004 e 66,46% em 2005 (de janeiro a agosto).

A solução dos problemas de esgotamento sanitário em Praia Grande está prevista pelo “Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista”, com financiamento do JBIC, compreendendo a ampliação da rede coletora de esgoto na região, a curto prazo, de modo a aumentar o atendimento dos atuais 56% para 95%.

b. Abastecimento de Água

A avaliação da evolução dos níveis de serviço do sistema de abastecimento de água no município de Praia Grande, apresentada a seguir, utiliza os índices de atendimento e de perdas.

O Plano Diretor de 1996 apontava os seguintes problemas no sistema de abastecimento de água:

- Elevados índices de perdas, sendo 25% de perdas físicas e cerca de 62% de água não faturada;
- Índice de atendimento insatisfatório, cobrindo apenas 87% dos domicílios;
- Deficit de produção e de reservação para atendimento nos períodos de alta estação.

As diretrizes da Sabesp formuladas no Plano Diretor de Abastecimento de Água da Baixada Santista (1996), ratificadas pelo HIDROPLAN (1997) e posteriormente complementadas pelo Projeto de Setorização das Redes de Distribuição de Água das Unidades de Negócio da Baixada Santista (1998) e pela Portaria nº 1469/00 eram:

- Redução do índice de perdas físicas para 15% e do volume de água não faturada para 40% a 45%.

QUADRO 3.7

EVOLUÇÃO MENSAL DA BALNEABILIDADE, POR PRAIA – PERÍODO 2003 A 2005

Meses	Boqueirão						Guilhermina						Tupi						Ocian						Mirim						Caçara						Flórida						SOLEMAR I						GERAL							
	2003		2004		2005		2003		2004		2005		2003		2004		2005		2003		2004		2005		2003		2004		2005		2003		2004		2005		2003		2004		2005															
	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im	P	Im														
Dez (03) / Jan	-	-	2	3					2	3					1	4	-	-	-	-	0	5	-	-	-	-	0	5	-	-	-	-	0	5	-	-	-	-	5	35	-	-														
janeiro	1	4	5	0	3	2	1	5	5	0	4	1	4	1	5	0	1	4	4	1	4	1	5	0	3	2	2	3	0	5	0	5	0	5	1	4	2	3	0	5	0	5	12	28	20	20	11	29								
fevereiro	3	2	5	0	3	2	5	0	5	0	3	2	5	0	5	0	3	2	4	1	5	0	1	4	4	1	4	1	4	1	1	4	1	4	1	4	2	3	3	2	2	3	27	13	29	11	16	24								
março	5	0	-	-	4	1	5	0	-	-	4	1	5	0	-	-	4	1	1	4	-	-	5	0	1	4	-	-	4	1	4	1	-	-	4	1	0	5	-	-	4	1	23	17	-	-	32	8								
abril	5	0	4	1	5	0	3	2	5	0	5	0	5	0	3	2	5	0	4	1	4	1	5	0	2	3	1	4	0	5	1	4	4	1	0	5	1	4	3	2	0	5	0	5	4	1	5	0	25	15	26	14	20	20		
maio	5	0	5	0	4	1	5	0	5	0	5	0	5	0	2	3	5	0	5	0	5	0	4	1	5	0	2	3	4	1	4	1	4	1	3	2	1	4	5	0	5	0	4	1	39	1	31	9	31	9						
junho	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	40	0	40	0	49	11				
julho	1	4	4	1	5	0	1	4	4	1	5	0	1	4	1	4	5	0	1	4	4	1	5	0	1	4	4	1	2	3	1	4	1	4	1	4	4	1	1	4	4	1	3	2	5	0	4	1	5	0	12	28	20	20	55	7
agosto	-	-	4	1	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	32	8	-	-								
setembro	4	1	4	1	5	0	4	1	2	3	5	-	4	1	2	3	5	0	4	1	2	3	3	2	0	5	4	1	3	2	0	5	4	1	3	2	0	5	4	1	5	0	4	1	4	1	5	0	21	19	26	14	-	-		
outubro	3	2	3	2	-	-	3	2	2	3	-	-	3	2	2	3	-	-	3	2	2	3	-	-	0	5	3	2	-	-	0	5	3	2	-	-	0	5	3	2	-	-	3	2	3	2	-	-	15	25	21	19	-	-		
novembro	1	4	-	-	-	-	3	2	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	3	2	-	-	-	-	17	23	-	-	-	-								
dezembro	-	-	2	3	-	-	-	-	5	0	-	-	-	-	5	0	-	-	-	-	5	0	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	-	-	5	0	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	31	9	-	-						
Total	33	17	43	12	34	6	35	16	44	11	36	4	39	11	35	20	33	7	33	17	40	15	33	7	23	27	28	27	18	22	21	29	34	21	24	16	21	29	32	23	17	23	29	21	34	21	30	10	231	169	281	159	214	108		

Fonte: Departamento do Meio Ambiente - SEURB - PEBPG

Notas: P = própria

Im = imprópria

- Atendimento de 100% da população fixa e da população flutuante, excetuando-se apenas a população flutuante registrada no pico do carnaval;
- Implantação de nova captação e ETA no Rio Branco, de ETA no sistema Melvi, de novos centros de reservação em Melvi, Ocian, Sítio do Campo e Boqueirão e reforço da rede de distribuição.

No período decorrido desde então, verificou-se a ampliação da rede de distribuição de água, garantindo atendimento universal no município. Contudo, ainda persistem as limitações referentes à disponibilidade de água, uma vez que não foram revertidos os altos índices de perdas, só foi implantado o centro de reservação Ocian e não foi ampliado o Sistema Produtor Branco. As exigências da Portaria nº 1469/00 destinadas a garantir melhor qualidade da água também não foram atendidas, estando pendente a implantação da ETA Melvi.

A Sabesp está licitando novo Plano Diretor de Abastecimento de Água da Baixada Santista, onde esta avaliação e as diretrizes de intervenção deverão ser atualizadas e revistas.

c. Drenagem

No mesmo período em que foi desenvolvido o Plano Diretor de 1996, foi elaborado também o Plano de Macrodrenagem para o Município de Praia Grande, compreendendo a correspondente minuta de projeto de Lei para devida apreciação e aprovação dos órgãos municipais competentes.

Embora não tenha sido aprovada a Lei do Plano de Macrodrenagem, este é observado pelos órgãos da Prefeitura, orientando a implantação de obras municipais.

A relação das unidades hidrográficas, das macrobacias e dos respectivos canais e/ou galerias, com suas faixas sanitárias e extensões, é apresentada no Quadro 3.8.

QUADRO 3.8
PLANO DE MACRODRENAGEM 2006:
MACROBACIAS-CANAIS E GALERIAS

Unidade Hidrográfica	Macrobacia nº e denominação	Canal / Galeria Denominação	Extensão L (m)
Mar Pequeno	1. Xixová	Xixová	2180
		Marginais Xixová	1800
	2. Praião	Praião	3550
Piaçabuçu	3. Guaramar	Vila Sônia	1400
		DER	1450
		Marginais DER	1400
		Barroso	1100
		Japonês	550
	4. Antártica	-	-
	5. Tupi	Tupi	994
		Marginais Tupi	4100
	6. Quietude	Quietude	1400
		Marginais Quietude	2200
	7. Acaraú	Acaraú	4000
		Brasil Para Cristo	600
		Marginais Brasil para Cristo	1600
		Aloha	1000
		Marginais Aloha	3750
8. Piaçabuçu	-	-	
Oceânica	9. Forte Itaipú	Forte	930
	10. Oceânica	São Paulo	1050
		São Salvador	650
		Aviação	750
		Gilberto Fouad Beck	1300
		Tupi (Negro Velho)	760
	12. Itinga	Itinga	1550
		Marginais Itinga	3100
Rio Branco	11. Rio Branco	Solemar	2150
		Marginais Solemar	2100
		Paizinho	900
		Flórida	1770
		Princesa	1350
		Real	1400
		Imperador IV	2450
		Marginais Imperador IV	2300
		Imperador III	1950
		Imperador II	2500
		Imperador I	1700
		Miami Paulista	2050
		Samambaia	1300
		Pau-Brasil	3870
		Américas	2300
		Cruzeiro do Sul	2550
		Japurá	1700
Industrial I (Yolanda)	1850		
Industrial II	1600		
Industrial III	1000		

Fonte: Plano de Macrodrenagem – Figueiredo Ferraz 1999 – atualizado pelo SEOP/ Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande Jan 2006

d. Sistema de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos

O serviço de coleta de lixo no município de Praia Grande atende a 100% da área urbanizada. Segundo dados da SESURB, referentes a 2005, o montante de lixo domiciliar coletado é de 168t/dia, com picos de 271 t/dia na alta estação e de 134 t/dia na baixa estação. No que se refere ao lixo séptico, a média de coleta é de cerca de 646 kg/dia.

A evolução da coleta do lixo domiciliar e do lixo séptico no período de 1996 a 2005, achase indicada no Quadro 3.9.

QUADRO 3.9

EVOLUÇÃO DOS VOLUMES DE LIXO COLETADO – 1996-2005

Tipo	Volume de lixo coletado (em ton)		Crescimento 1996/2005 (%aa)
	1996	2005	
Lixo domiciliar	53304,46	61327,07	1,57
Lixo séptico	89,99	235,92	11,30

Fonte SESURB

A disposição final do lixo domiciliar é feita no aterro sanitário do município de Mauá, após triagem manual do material para reciclagem realizada por cooperativa local em área de transbordo situada junto ao antigo “Lixão”, no bairro Antártica. A “remediação” desse lixão conta com um novo projeto da ROADE e aguarda o financiamento de R\$ 725.000,00 da FUNASA.

O sistema de coleta seletiva oficial de resíduos sólidos no município é insignificante.

A Secretaria de Serviços Urbanos – SESURB pretende implantar uma “usina de triagem”.

Há previsão de implantação de um aterro sanitário no próprio município, em área próxima à encosta da Serra do Mar, indicada no Desenho 09, anteriormente citado.

4. CONDIÇÕES DE VIDA NO MUNICÍPIO

4. CONDIÇÕES DE VIDA NO MUNICÍPIO

4.1 Educação

As condições de atendimento à educação no município de Praia Grande apresentaram um importante desenvolvimento nos últimos dez anos.

Várias Diretrizes do Plano Diretor em vigência foram plenamente atendidas merecendo destaque a aprovação do Plano Municipal de Educação pela Lei nº 1249 de 01/07/05 e o esforço de municipalização do ensino. Desde 2003 todas as vagas de Pré Escola e de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental são atendidas pelo município, com apoio apenas da rede particular. Cabe ainda destacar que o ensino de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental vem sendo municipalizado, gradativamente.

No Quadro 4.1 acha-se registrado o atendimento atual (2003) da população por faixa etária correspondente a cada modalidade de ensino segundo entidades mantenedoras.

QUADRO 4.1

ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA CORRESPONDENTE À MODALIDADE DE ENSINO, SEGUNDO INSTÂNCIA MANTENEDORA – 2003

Modalidade de Ensino		População da Faixa Etária	Matrículas por Instância Mantenedora							
			Total		Municipal		Estadual		Particular	
			Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
Ensino Infantil	Pré-escola	15.201	8.774	57,72	7.259	47,75	0	0,00	1.515	9,97
	Creche	11.274	1.590	14,10	1.239	10,99	0	0,00	351	3,11
	Total	26.475	10.364	39,15	8.498	32,10	0	0,00	1.866	7,05
Ensino Fundamental	Ciclo 1	14.915	17.865	119,78	16.274	109,11	0	0,00	1.591	10,67
	Ciclo 2	15.086	15.578	103,26	629	4,17	13.482	89,37	1.467	9,72
	Total	30.001	33.443	111,47	16.903	56,34	13.482	44,94	3.058	10,19
Ensino Médio		11.799	10.594	89,79	0	0,00	9.671	81,96	923	7,82
Educação Especial		*	299	*	278	*	21	*	0	0

Fonte: SEADE e SEDUC

* Dados não localizados

A análise desses dados permite tirar algumas conclusões, abaixo comentadas.

O percentual de matrículas no ensino infantil em relação à população da faixa etária correspondente a essa modalidade de ensino é relativamente baixo, de 39 %, se comparado com o percentual registrado no Estado de São Paulo, que equivale a 48%.

O valor relativo das matrículas no ensino fundamental com relação à população da faixa etária correspondente a essa modalidade de ensino, é bastante elevado, denotando a possível ocorrência de dois fatores associados: a defasagem de idade, e a presença de clientela de outros municípios.

O valor relativo das matrículas no ensino médio com relação à população da faixa etária correspondente a essa modalidade de ensino é baixo, corroborando a hipótese de defasagem de idade, ou seja, parte dos alunos dessa faixa etária ainda freqüenta o ensino fundamental. Associada a essa hipótese, está a evasão escolar que no ensino médio é mais elevada, embora tenha apresentado valores decrescentes atingindo índice de 4,82% em 2002, quando o Estado de São Paulo ainda registrava um percentual de evasão de 7,32%.

A evolução geral dos índices de evasão e reprovação no ensino fundamental registrados no município é apresentada nos Quadros 4.2 e 4.3 referentes, respectivamente, à rede municipal e à rede particular.

QUADRO 4.2

DIAGNÓSTICO PEDAGÓGICO – ENSINO FUNDAMENTAL – REDE MUNICIPAL

Desempenho Escolar	Rede Municipal								
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Ensino Fundamental (1ª. a 4ª.)									
Aprovação (em %)	73,44	79,17	76,86	85,59	83,88	84,70	84,00	85,58	87,06
Reprovação (em %)	22,64	18,61	19,19	12,42	13,59	14,10	15,00	14,46	15,05
Evasão (em %)	3,9	2,22	1,99	1,99	2,43	1,19	1,00	0,76	0,96
<i>Matriculado</i> (em valores absolutos)	2.756	4.911	7.041	9.292	10.892	14.287	15.744	16.274	16.910
Ensino Fundamental (5ª a 8ª)									
Aprovação (em %)						92,47	75,62	70,75	78,66
Reprovação (em %)						1,37	22,1	16,06	18,07
Evasão (em %)						6,16	2,00	2,38	3,10
<i>Matriculado</i> (em valores absolutos)						174	581	629	581

Fonte SEADE e SEDUC 2001 e 2002

QUADRO 4.3

DIAGNÓSTICO PEDAGÓGICO – ENSINO FUNDAMENTAL – REDE PARTICULAR

Desempenho Escolar	Rede Particular								
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Ensino Fundamental (1ª. a 4ª.)									
Aprovação (em %)	96,51	96,7	98,28	98,54	98,18				
Reprovação (em %)	2,57	2,3	1,15	0,92	1,44				
Evasão (em %)	0,97	0,92	0,57	0	0				
<i>Matriculado</i> (em valores absolutos)	1.518	1.523	1.392	1.368	1.358	1.389	1.520	1.591	1.667
Ensino Fundamental (5ª a 8ª)									
Aprovação (em %)	90,0	95,79	96,3	95,68	94,46				
Reprovação (em %)	9,12	3,72	3,0	3,92	5,15				
Evasão (em %)	0,88	0,59	0,5	0,40	0,38				
<i>Matriculado</i> (em valores absolutos)	1.360	1.355	1.231	1.375	1.325	1.402	1.449	1.467	1.429

Fonte SEADE

Da análise desses quadros verifica-se que o índice de evasão e a taxa de reprovação no ensino fundamental são maiores na Rede Municipal do que na Rede Particular.

Os números relativos à evasão e à reprovação, em geral, vêm apresentando decréscimo ao longo dos anos, registrando-se incremento somente nas taxas de reprovação no Ciclo 2 da Rede Municipal.

No ensino médio, a evasão escolar é mais elevada, tendo aumentado de 9,03% em 1999, para 12,28% no ano 2.000 e regredido, em seguida, para 4,82% em 2002.

Essa melhoria geral das condições de ensino no município, especialmente do Ciclo 1 do Ensino Fundamental derivam, em grande parte, do importante investimento realizado pela Prefeitura, no período.

De fato, a Rede Municipal de Ensino Fundamental ampliou o atendimento da população passando de 2.756 alunos em 1996 para um total de 22.637 alunos em 2005, o que representa um aumento de 721% das vagas ofertadas.

De acordo com o Quadro de Despesas elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, no período de 2001 a 2005, o número de profissionais da área de educação cresceu 95,14 %, alterando o quadro de funcionários de 1.873 para 3.655.

O município investiu firmemente também na expansão da rede física, passando de 27 unidades escolares em 1996 para 52 unidades em 2005, devidamente distribuídas no território, conforme mostra o Desenho 10.

A Educação de Jovens e Adultos também apresentou uma considerável expansão, passando de cerca de 1800 matrículas em 1996 para 4.900, em 2005, na rede municipal e de 1300 matrículas em 1997, para 3960, em 2004 na rede estadual.

A Educação Especial por sua vez passou de 98 matrículas em 1996 para 278 em 2003.

Visando apoiar e favorecer o desempenho escolar, a Prefeitura promove programas como:

- O Projeto de Educação Comunitária que desenvolve atividades voltadas à integração da escola com a comunidade;
- O Projeto Político Pedagógico que atua no sentido de superar a retenção escolar através de projetos de recuperação paralela e contínua;
- O Projeto Pedagogia Cidadã que desenvolve atividades voltadas à formação e capacitação do corpo docente;
- O Programa de Bolsas de Estudo realizado através de convênios entre a municipalidade, as escolas particulares e a Faculdade do Litoral Sul;
- O Projeto de Educação Ambiental desenvolvido na Escola de Educação Ambiental implantada em 1996, ministrando cursos e realizando atividades para diferentes públicos alvo;
- O Programa Cidade Integrada que, no tocante ao setor de educação, possibilita o acesso do aluno à Internet e garante melhores condições de segurança nas unidades escolares, além de agilizar o controle de matrículas.

Desenho 10: Equipamentos de Educação -2005

4.2 Saúde

O município de Praia Grande realizou grandes avanços na área da saúde, nos últimos dez anos, conforme mostra a evolução de alguns indicadores básicos.

Os índices de Mortalidade Geral sofreram redução de 36% no período compreendido entre os anos de 1996 e 2005, passando de 8,26 para 5,27 óbitos por mil habitantes.

A Mortalidade Infantil teve uma redução ainda maior, de 52%, passando de 36,91 para 17,77 óbitos por mil crianças nascidas vivas, entre 1996 e 2004. Dentre os fatores que podem ter contribuído para tal redução estão as melhorias nas condições de saneamento, os avanços tecnológicos da área médica, além dos investimentos da Prefeitura nos programas de auxílio às gestantes. Ainda assim, essa taxa é bastante elevada se comparada àquela registrada no Estado de São Paulo que, em 2004, foi de 14,25 óbitos por mil crianças nascidas vivas.

QUADRO 4.4

TAXAS DE MORTALIDADE GERAL E INFANTIL

TAXAS DE MORTALIDADE		ANOS											
		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
Mortalidade Geral(Óbitos /1000 hab)		-	8,26	7,93	7,77	7,85	7,92	7,29	7,14	6,29	6,17	5,27	
Mortalidade Infantil (Óbitos/ 1000 nascidos vivos)	TOTAL	41,04	36,91	27,67	26,14	24,97	25,06	25,49	22,78	22,91	17,77	-	
	Mortalidade Neonatal	TOTAL	28,08	27,84	18,54	17,35	18,05	18,86	17,63	17,78	16,21	11,04	-
		Precoce	23,76	21,69	16,83	14,83	13,84	13,69	14,37	13,61	10,62	7,27	-
	Tardia	4,32	6,15	1,71	2,51	4,2	5,17	3,25	4,17	5,59	3,77	-	
Pós Neonatal Precoce		12,96	9,06	9,13	8,8	6,92	6,2	7,87	5,00	6,71	6,73	-	

Fonte: SEADE

No que concerne à evolução das causas de óbito, destaca-se a expressiva redução das Causas Externas e das Doenças Infecciosas e Parasitárias, diretamente vinculadas a ações no campo social, de segurança pública e de saneamento básico.

Conforme mostram os dados do Quadro 4.5, a significativa redução proporcional destas causas atribuiu acréscimos de pequena monta nas causas Mal Definidas, seguida das Mortes Ocasionadas por Neoplasias.

QUADRO 4.5
EVOLUÇÃO DAS CAUSAS DE ÓBITO NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE
1999-2005

Causas	1999		2003		2004		2005	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Mal definida	280	20,38	291	21,48	292	21,14	276	22,24
Doença do aparelho circulatório	276	20,09	221	16,31	266	19,26	252	20,31
Causas externas	261	19	215	15,87	188	13,61	130	10,48
Neoplasias (tumores)	118	8,59	147	10,85	178	12,89	151	12,17
Afecções originadas no período perinatal	75	5,46	109	8,04	72	5,21	67	5,4
Doenças do Aparelho respiratório	109	7,93	108	7,97	123	8,91	102	8,22
Doenças do aparelho digestivo	67	4,88	74	5,46	70	5,07	83	6,69
Doenças endócrinas e metabólicas	51	3,71	69	5,09	57	4,13	54	4,35
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	86	6,26	51	3,76	58	4,2	42	3,38
Doenças do aparelho geniturinário	18	1,31	28	2,07	29	2,1	51	4,11
Sub-total	1341	97,61	1313	96,9	1333	96,52	1208	97,35
Outras (*)	33	2,42	42	3,11	48	3,47	33	2,65
Total	1374	100	1355	100	1381	100	1241	100

Fonte: SEADE

(*) Outras doenças com participação inferior a 1%

A rede pública de serviços de saúde no município de Praia Grande, representada no Desenho 11, é composta atualmente por:

- 06 Unidades Básica de Saúde (UBS)
- 14 Unidades de Saúde da Família (USAFAs)
- 03 Prontos Socorros
- 01 Centro de Especialidades Médicas, Ambulatoriais e Social – CEMAS
- 01 Laboratório Municipal
- 01 Unidade de Doenças Infecto-contagiosas
- 01 Ambulatório de Saúde Mental
- 01 CAPS II
- 01 Unidade de Reabilitação Física e Mental – Núcleo Henry
- 01 Centro de Referência e Atendimento a Tuberculose e Hanseníase - CRATH
- 01 Centro de Testagem, Aconselhamento e Prevenção - CTAP
- 01 Unidade Hospitalar

A capacidade física hospitalar do SUS, no município de Praia Grande, sofreu um decréscimo significativo no ano de 1998, voltando a crescer em 2003, quando atingiu o índice de 0,45 leitos por mil habitantes, ainda muito inferior ao índice médio do Estado de São Paulo que é de 1,97 leitos por mil habitantes.

Desenho 11: Equipamentos de Saúde -2005

A média de consultas médicas por habitante/ano, no município de Praia Grande é de 1,994, ligeiramente inferior à recomendada pelo o Ministério da Saúde (Parâmetros para Programação das Ações Básicas de Saúde) que é de 2 a 3 consultas por habitante/ano.

Quanto ao atendimento odontológico, a média de consultas por habitante/ano é de 0,301, ficando bem abaixo do recomendado pelo Ministério da Saúde que é de 0,5 a 2 por habitante/ano.

Os principais programas de saúde conduzidos pela Prefeitura são:

- O Programa de Saúde da Família, implementado a partir 1997, que constitui o fundamento básico do sistema de gestão e assistência, contando atualmente com 42 equipes que garantem cobertura de aproximadamente 66% da população total do município;
- O Programa de Agentes Comunitários, com um contingente de 271 agentes, que prepara a população e levanta subsídios para a programação das ações nas Unidades Básicas e no Programa de Saúde da Família;
- A Coordenação de DST/Aids e Hepatite que consiste em programa de prevenção dessas doenças realizado no Centro de Referência e Atendimento a Tuberculose e Hanseníase;
- As Campanhas Educativas e de Prevenção realizadas sistematicamente visando prevenir e combater as doenças, tendo atingido um público de 3.392 pacientes entre 2005 e 2006;
- O Consórcio Hospitalar do Litoral Sul, programa regional que está em fase de consolidação, para unificar a gestão dos hospitais de Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe com o apoio do Ministério da Saúde e da UNIFESP e sede em Praia Grande;
- O Cadastramento de Usuários do Cartão SUS e a informatização da rede de saúde em âmbito regional que constituem programas de apoio à gestão do atendimento;
- O Programa Cidade Integrada que, no campo da Saúde, prevê a informatização das Unidades de Saúde propiciando a agilização e o controle de consultas, disponibilização de medicamentos, dentre outros.

5. PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO FUTURO

5. PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO FUTURO

5.1 Projeções Demográficas

As projeções de população foram elaboradas pelo método dos componentes, adotando as tábuas de sobrevivência construídas pelo SEADE para a região do Litoral para os anos de 1970/71 e 1979/81, períodos que envolvem os anos censitários de 1970 e 1980. De maneira semelhante às tábuas construídas pelo SEADE, foram construídas outras, relativas aos anos de 1990/92 e 1999/2001.

Foi admitida por hipótese a seguinte evolução da esperança de vida ao nascer:

- para as mulheres: de 73 anos em 2006, para a 76 anos em 2016;
- para os homens: de 65 anos em 2006, para 68 anos em 2016.

Para as taxas de fecundidade admitiu-se a seguinte evolução:

Período	Fecundidade Global
1980/1970	3,70
1991/1980	2,42
1996/1991	2,40
2001/1996	2,25
2011/2001	2,16
2021/2011	1,99
2026/2021	1,99

Admitiu-se uma progressiva redução dos saldos migratórios, derivada da já elevada ocupação do território municipal e das restrições ambientais para a ocupação das áreas livres, conforme indicado no Quadro 5.1.

QUADRO 5.1

ESTIMATIVA DO CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA POPULAÇÃO POR SALDOS MIGRATÓRIO E VEGETATIVOS

Período	Crescimento Populacional Médio Anual				
	Total VI Abs	Migratório		Vegetativo	
		VI Abs	%	VI Abs	%
1970-1980	4.631	4.195	91	435	9
1980-1991	5.283	3.857	73	1.427	27
1991-2000	7.788	5.819	75	1.969	25
2000-2006	8.644	5.819	67	2.825	33
2006-2011	7.759	5.734	74	2.025	26
2011-2016	7.373	4.073	55	3.300	45
2016-2021	6.818	4.014	59	2.804	41
2021-2026	5.526	3.584	65	1.942	35

Fontes: IBGE

Elaboração Hidroconsult

Os resultados das projeções elaboradas com base nessas hipóteses acham-se registrados no Quadro 5.2

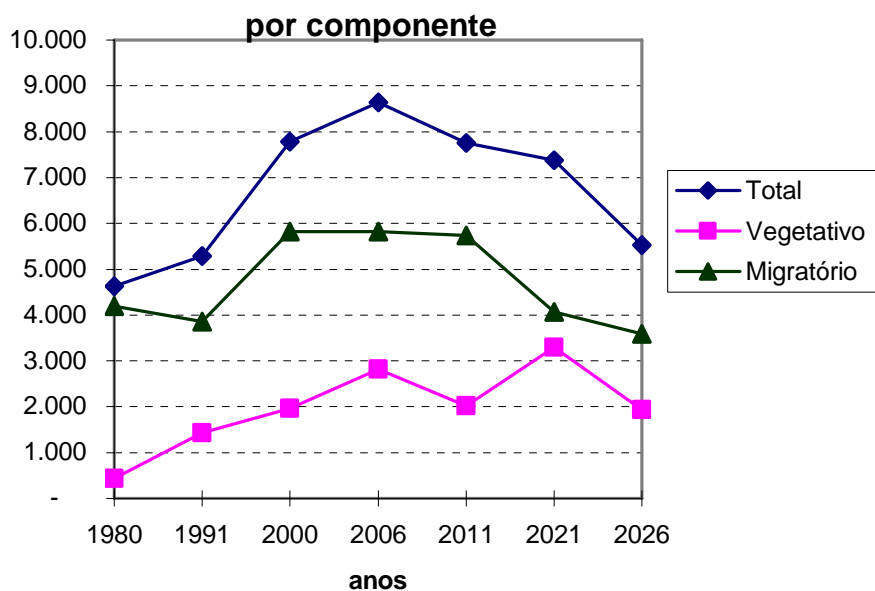
QUADRO 5.2
PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE
2006-2016

Ano	Homens		Mulheres		População Total	Taxas de Crescimento Anual (% a.a)
	Total	Migratório	Total	Migratório		
1991	61.097	21.314	62.395	38.569	123.492	5,86
2000	94.521	26.311	99.061	58.190	193.582	5,12
2006	115.748	17.540	121.056	58.190	236.803	3,42
2011	135.225	14.404	140.376	14.267	275.601	3,08
2016	153.504	10.238	158.961	10.127	312.466	2,54
2021	170.400	10.089	176.265	9.980	346.667	2,10
2026	173.350	7.927	194.488	10.127	367.838	1,19

Fonte: IBGE – Elaboração Hidroconsult

Os resultados indicam que a migração continuará importante no município, conforme é possível visualizar no Gráfico 5.1.

GRÁFICO 5.1
ESTIMATIVA DO CRESCIMENTO POPULACIONAL DE PRAIA GRANDE

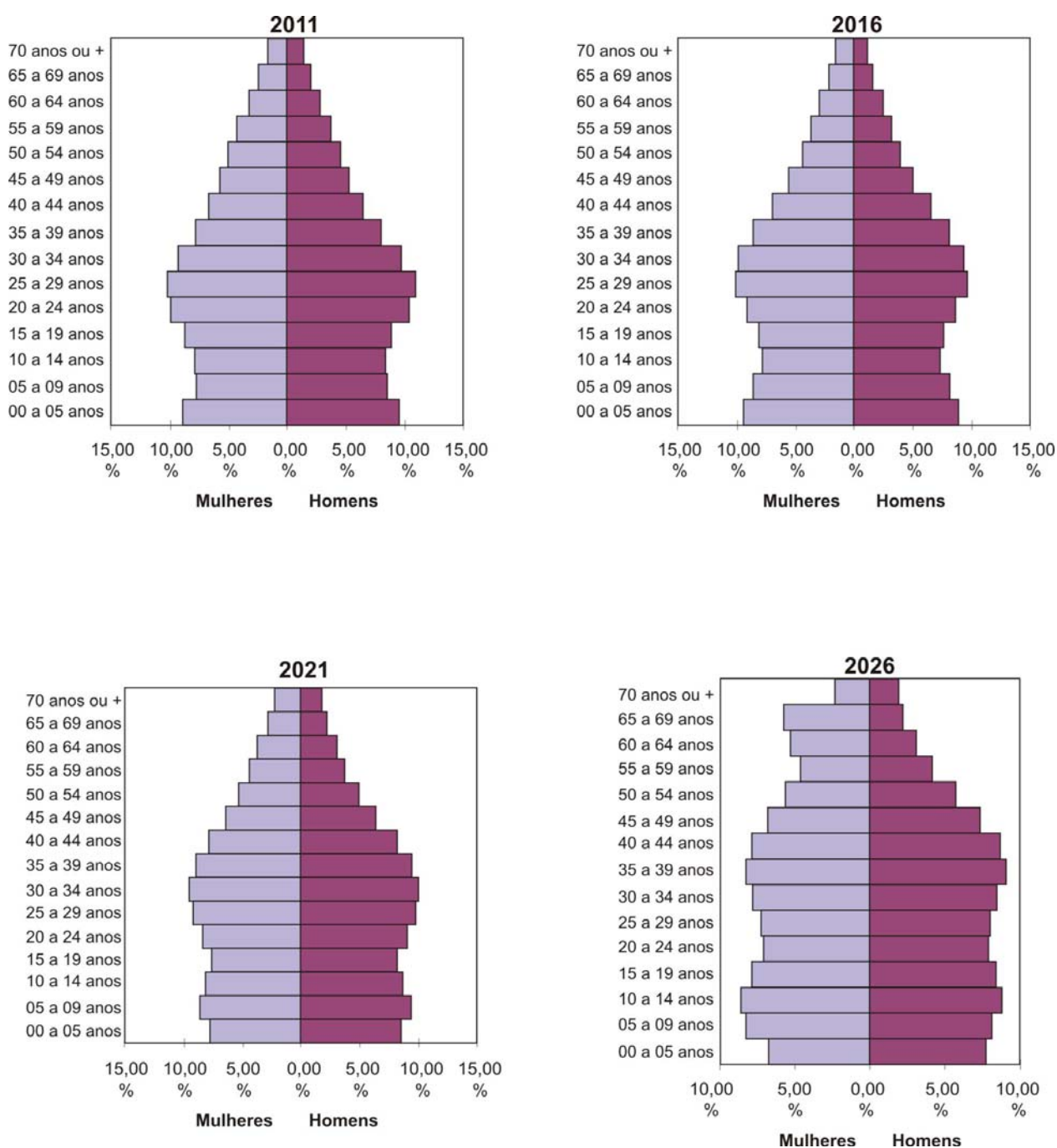


Elaboração: Hidroconsult

No tocante à composição da população por faixa etária, é possível verificar no Gráfico 5.2, que o formato de pirâmide clássica, com base maior e afunilando-se progressivamente, tende a se manter no município de Praia Grande. Apesar do aumento da esperança de vida, que tende a ampliar a faixa etária no topo da pirâmide, este resultado deriva da participação significativa de imigrantes que são, em geral, pessoas em idade adulta, porém mais jovem, em idade produtiva e reprodutiva, contribuindo para o aumento da base da pirâmide. As faixas etárias mais jovens, até 5 ou 10 anos, no entanto, tendem a cair.

GRÁFICO 5.2

PIRÂMIDES ETÁRIAS PREVISTAS PARA 2011, 2016, 2021 E 2026



5.2 Cenários de Desenvolvimento Econômico

Foram construídos três cenários de desenvolvimento para a próxima década (2006 – 2016), contemplando alternativas diferenciadas de desempenho dos setores econômicos. As principais características desses cenários acham-se sintetizadas no Quadro 5.3.

QUADRO 5.3

HIPÓTESES ADOTADAS PARA AS DIFERENTES ALTERNATIVAS

ALTERNATIVAS		
1. PROGRESSISTA	2. MODERADA	3. CONSERVADORA
Diversificação do turismo com resultados econômicos a partir de 2007	Diversificação do turismo com resultados econômicos menores e mais lentos que na Alternativa 1	Baixa diversificação da atividade turística
Incentivo à criação de pequenas e médias empresas com resultados econômicos a partir de 2007	Bons resultados na atração de pequenas e micro empresas e criação de cooperativas vinculadas ao turismo	Insucesso ou sucesso tardio dos esforços por atrair atividades retroportuárias
Atração de empresas para a Zona Industrial, para atendimento ao retro-porto de Santos a partir de 2008	Implantação de indústrias na Zona Industrial, vinculadas ao retroporto de Santos	Fraco desempenho na criação de pequenas e médias empresas
Obtenção de concessão para operação de aeroporto internacional com resultados econômicos a partir de 2012	A concessão do aeroporto ou não é obtida ou seu prazo de implantação extrapola o horizonte do Plano Diretor	Decréscimo da atividade da construção civil não é revertido totalmente pelos investimento na diversificação turística
A produção agropecuária é nula		
O crescimento populacional se mantém dentro das projeções elaboradas neste estudo		
A taxa de desemprego adotada para 2006 é de 20%		
A PEA tende a representar um percentual da PIA semelhante à do Estado no horizonte de 2016		
A participação das mulheres na PEA tende a aumentar chegando a praticamente a se igualar à condição da RMSP em 2016		
A taxa de desemprego cai mais lentamente do que cresce a atividade produtiva		

Os resultados dessas simulações acham-se nos Quadros 5.4, 5.5 e 5.6 e nos Gráficos 5.3, 5.4 e 5.5 , referentes ao crescimento do Valor Adicionado.

QUADRO 5.4

SIMULAÇÃO DO CRESCIMENTO DO VALOR ADICIONADO NA ALTERNATIVA 1

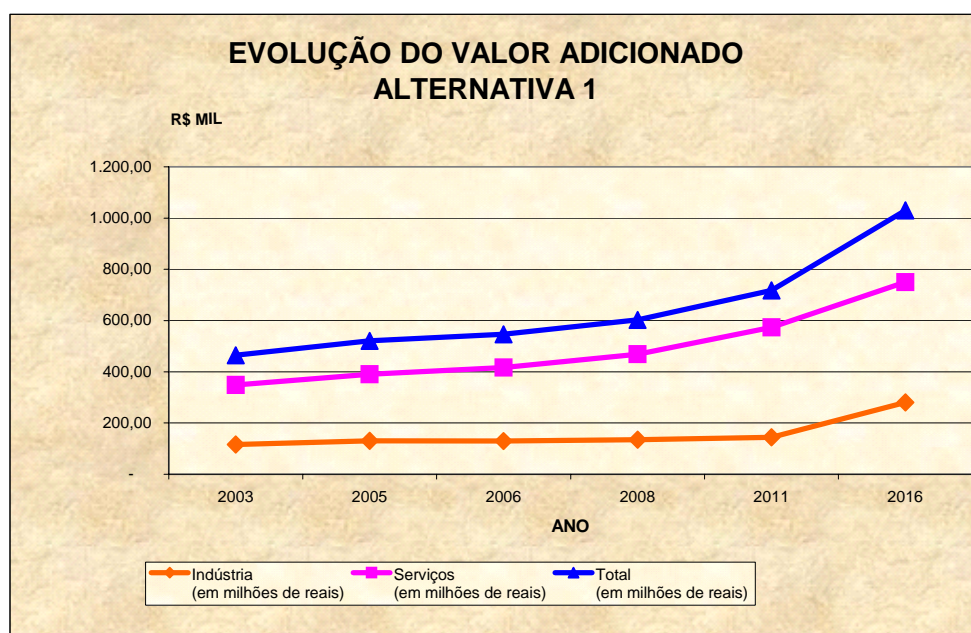
Taxas de Crescimento em %

Ano	Valor Adicionado			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
2003/2005	0,0%	3,0%	5,0%	5,8%
2005/2006	0,0%	-0,3%	6,7%	5,0%
2006/2008	0,0%	1,7%	6,0%	5,0%
2008/2011	0,0%	2,4%	7,0%	6,0%
2011/2016	0,0%	14,3%	5,5%	7,5%
2006/2016	0,00%	8,01%	6,05%	6,55%

Fonte: Elaboração Hidroconsult

Nesta Alternativa 1, o crescimento inicialmente continua muito centrado no setor de serviços, até o ano 2012. A partir daí o setor industrial começa a se expandir de forma mais consistente e passa a crescer mais intensamente que o setor de serviços, embora este ainda permaneça preponderante.

GRÁFICO 5.3



QUADRO 5.5

SIMULAÇÃO DO CRESCIMENTO DO VALOR ADICIONADO NA ALTERNATIVA 2

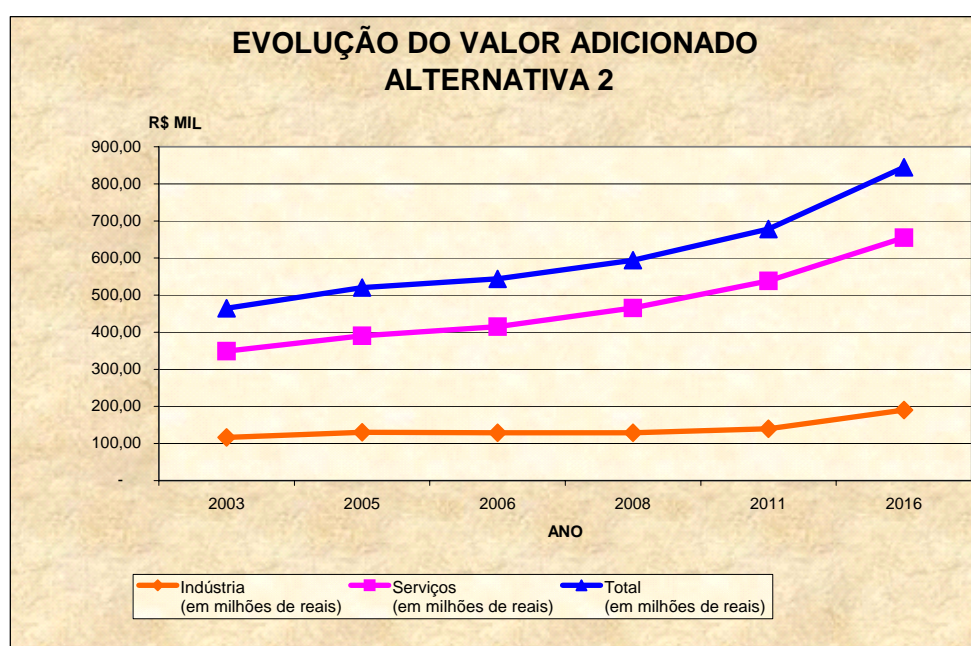
Taxas de Crescimento em %

Ano	Valor Adicionado			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
2003/2005	0,0%	3,0%	5,0%	5,8%
2005/2006	0,0%	-0,7%	6,2%	4,5%
2006/2008	0,0%	0,0%	5,9%	4,5%
2008/2011	0,0%	2,7%	5,0%	4,5%
2011/2016	0,0%	6,3%	4,0%	4,5%
2006/2016	0,0%	3,9%	4,7%	4,5%

Fonte: Elaboração Hydroconsult

Observa-se que nesta Alternativa 2 o crescimento industrial é discreto (3,9%) moroso e só se inicia a partir de 2009, ficando abaixo da média do crescimento esperado para o total do VAD (4,55%). Já o setor de serviços cresce 4,67% no período.

GRÁFICO 5.4



QUADRO 5.6

SIMULAÇÃO DO CRESCIMENTO DO VALOR ADICIONADO NA ALTERNATIVA 3

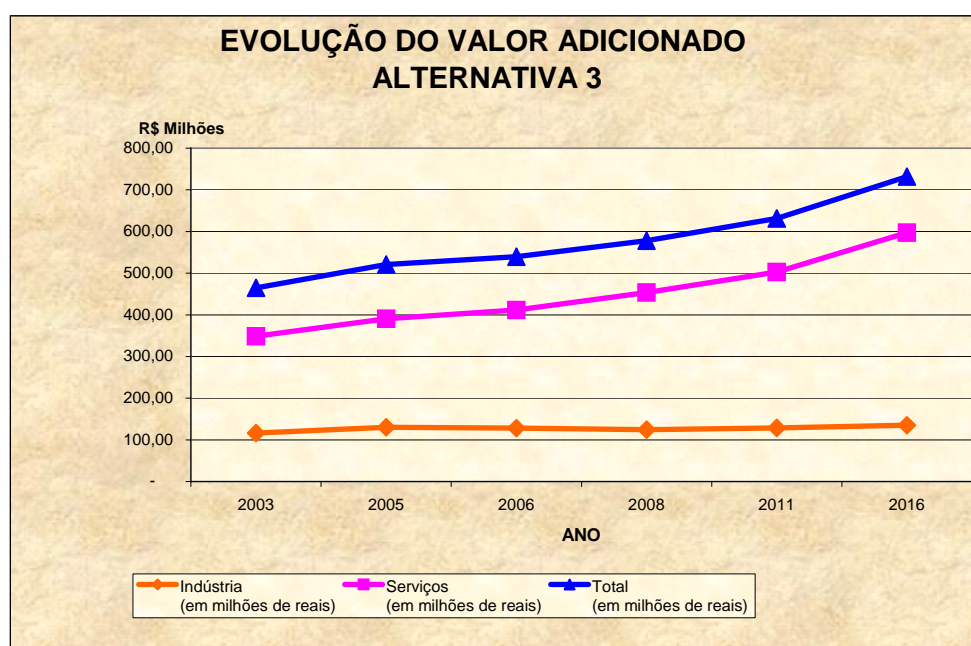
Taxas de Crescimento em %

Ano	Valor Adicionado			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
2003/2005	0,0%	3,0%	5,0%	5,8%
2005/2006	0,0%	-1,7%	5,3%	3,6%
2006/2008	0,0%	-1,5%	5,0%	3,5%
2008/2011	0,0%	1,1%	3,5%	3,0%
2011/2016	0,0%	0,9%	3,5%	3,0%
2006/2016	0,00%	0,51%	3,80%	3,10%

Fonte: Elaboração Hidroconsult

O gráfico 5.5 mostra o impacto desse desempenho da Alternativa 3 sobre o valor adicionado municipal.

GRÁFICO 5.5



As simulações do comportamento das taxas de desemprego nas três alternativas estudadas são apresentadas nos Quadros 5.7, 5.8 e 5.9 e no Gráfico 5.6, a seguir.

QUADRO 5.7

SIMULAÇÃO DAS TAXAS DE DESEMPREGO NA ALTERNATIVA 1

Ano	Taxa de Desemprego	População Ocupada	Crescimento no Período %
2006	20%	89.973	-
2011	18%	110.523	4,2%
2016	8%	139.720	4,8%

QUADRO 5.8

SIMULAÇÃO DAS TAXAS DE DESEMPREGO NA ALTERNATIVA 2

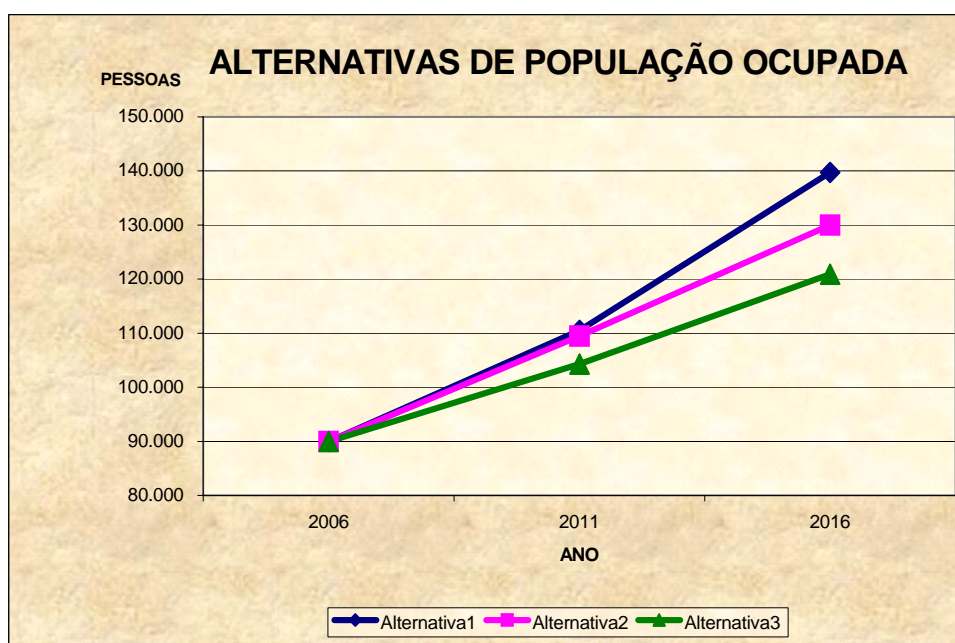
Ano	Taxa de Desemprego	População Ocupada	Crescimento no Período %
2006	20%	89.973	-
2011	18%	109.466	4,0%
2016	15%	130.012	3,5%

QUADRO 5.9

SIMULAÇÃO DAS TAXAS DE DESEMPREGO NA ALTERNATIVA 3

Ano	Taxa de Desemprego	População Ocupada	Crescimento no Período %
2006	20%	89.973	-
2011	22%	104.304	3,0%
2016	21%	120.917	3,0%

GRÁFICO 5.6



5.3 Tendências de Desenvolvimento Territorial

Do quadro retratado nos itens anteriores sobre a situação da ocupação atual do município e sua dinâmica de desenvolvimento recente, sobre as perspectivas de crescimento demográfico e sobre os fatores intervenientes no seu desenvolvimento futuro, é possível chegar a algumas conclusões que deverão orientar as proposições para a revisão das diretrizes de ordenamento territorial do município.

Assim, verificou-se por um lado, que a cidade não vem apresentando tendência à expansão da malha urbana, dentre outros fatores, pelas próprias restrições ambientais da ocupação em Áreas de Preservação Permanente, como a restinga. Verificou-se que mesmo a ocupação por invasões tem sido extremamente discreta no município, graças à permanente vigilância da Prefeitura.

A densidade média do município é ainda bastante baixa, conforme indicam os dados do último Censo Demográfico. De fato, na área A, a densidade média era de 34 hab/ha e na área B, de 30 hab/ha. Na área A, totalmente urbanizada, com apenas 20% dos lotes vagos e com um coeficiente de aproveitamento médio igual a 1, a baixa densidade populacional se explica pela grande incidência de domicílios de uso ocasional. Já na área B, a baixa densidade se deve, sobretudo, à grande quantidade de lotes vagos, da ordem de 50%, além da grande quantidade de área urbanizável ainda não parcelada. A parcela de domicílios vagos não constitui fator relevante e tende a permanecer estável.

Supondo que do acréscimo da população previsto para o período 2000 a 2016, 75% se assentasse na área B, seguindo o mesmo padrão verificado no período de 1991 a 2000, essa área abrigaria no horizonte do plano, uma população total de 207 mil habitantes, correspondente a pouco menos do dobro da população atual. Sabendo-se que nessa área B a superfície de lotes vagos é praticamente igual à superfície de lotes ocupados, conclui-se que, no horizonte do plano, esta área estaria totalmente saturada, atingindo uma densidade média da ordem de 60 hab/ha.

Com o mesmo critério, admitindo-se que 25% do acréscimo de população previsto para o período de 2000 a 2016 se assentasse na área A, ter-se-ia um total de 105 mil habitantes, correspondente a 40% a mais da população aí residente no ano 2000. A densidade residencial passaria a 48 hab/ha.

Entretanto, no tocante à área A, não procede este tipo de análise, dada a predominância de domicílios de uso ocasional.

Admitindo-se a manutenção das mesmas proporções entre domicílios totais e domicílios de uso ocasional, ter-se-ia na área A um total de 259 mil domicílios, sendo 143 mil domicílios de uso ocasional. Este montante representaria um acréscimo de 98 mil domicílios a serem construídos no período de 2000 a 2016.

Considerando uma área média de 50 m² por unidade residencial, deveriam ser construídos na área A, cerca de 4.900.000 m² no período de 2000 a 2016, ou seja, um montante compatível com a área média construída nos últimos anos em Praia Grande, de 321 mil m² ao ano.

Este montante de área construída, elevaria o coeficiente de aproveitamento médio da área A dos atuais 0,99 para 1,4. Este valor médio poderá atingir índices extremamente elevados em alguns bairros se for mantida a tendência de concentração da atividade imobiliária nos bairros de Boqueirão, Guilhermina, Aviação, Tupi e Ocian.

Das considerações acima, chega-se à conclusão de que, no horizonte deste plano, o município deverá atingir praticamente a saturação, com a provável valorização da terra que poderá provocar um certo desestímulo à fixação de populações de mais baixa renda, fazendo com que o crescimento populacional, a partir de então, passe a ser bastante mais lento, conforme previsto nas projeções apresentadas no item 5.1.

Conclui-se também que será necessário adotar políticas cada vez mais incisivas no sentido de preservar da invasão as Áreas de Preservação Permanente do mangue e da restinga, face à pressão demográfica.

Para a área A deverão ser concebidas políticas que induzam o mercado imobiliário a desconcentrar sua área de atuação, evitando a criação de setores de muito alta densidade, com os conseqüentes estrangulamentos da infra-estrutura implantada que, a médio prazo, tendem a acarretar desvalorização imobiliária e da qualidade de vida urbana, item relevante para a sustentação da atividade turística no município.

GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

AGEM – Agencia Metropolitana da Baixada Santista
AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APP – Áreas de Preservação Permanente
Batalhão da PMTUR – Batalhão da Polícia Militar para Atendimento dos Turistas
CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial
CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CEASA – Central de Abastecimento S.A.
CEF – Caixa Econômica Federal
CEF / PAR – Caixa Econômica Federal / Programa de Arrendamento Residencial
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEMAS – Centro de Especialidades Médicas, Ambulatoriais e Sociais.
CEMIN – Centro de Especialidades Médicas Infecto-Contagiosas
CET – Companhia de Engenharia de Tráfego
CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CIB – Conselho de Informações sobre Biotecnologia
CIT – Centro de Informações Toxicológicas
CME – Conselho Municipal de Educação
CNS – Cartão Nacional de Saúde
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo.
CONDESB – Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista
COOPERVIDA – Cooperativa de Recicladores de Materiais Inorgânicos
CRATH – Centro de Referência e Atendimento a Tuberculose e a Hanseníase
CTAP – Centro de Testagem, Aconselhamento e Prevenção.
DAIA – SMA – Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente
DAM – Documento de Arrecadação Municipal
DEPRN – Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
DMU – Diesel Mobile Unity
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ECOVIAS – Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.
EF – Estação Elevatória Final
EI – Estação Elevatória Inicial
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S A
EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos
EPC – Estação de Pré-Condicionamento dos Efluentes
ES – Emissários Submarinos
ESP – Estado de São Paulo

ETA – Estação de Tratamento de Água
ETE – Estação de Tratamento de Esgoto
FALS – Faculdade do Litoral Sul Paulista
FATEC – Faculdade de Tecnologia
FEBEM – Fundação Estadual do Bem – Estar do Menor
FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos
FERROBAN – Ferrovia Bandeirantes S A
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FMHIS – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
HIDROPLAN – Plano Integrado de Aproveitamento e Controle dos Recursos Hídricos das Bacias do Alto Tietê, Piracicaba e Baixada Santista
HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas
IF – Instituto Florestal
IGP – DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
ISS – Imposto Sobre Serviços
JBIC – Japan Bank for International Cooperation
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LEX – Linha Expressa Comercial
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
MEBPG – Município Estância Balneária de Praia Grande
MS – Ministério da Saúde
NUPVIDA – Núcleo de Prevenção à Violência e Promoção de Saúde
OD – Origem – Destino (pesquisa)
ONG – Organização Não – Governamental
PAC – Programa de Agentes Comunitários
PAF – ZC – Plano de Ação Federal da Zona Costeira
PAI – Programa de Ação Imediata
PDAVS – Programa Desconcentrado de Ações de Vigilância Sanitária
PDMT – Plano Diretor Municipal de Turismo
PDTUR – Plano Diretor de Turismo da Baixada Santista
PEA – População Economicamente Ativa
PEBPG – Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande
PEGC – Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro

PIA – População em Idade Ativa
PIT- METRO – Postos de Informações Turísticas Metropolitanas
PMDI – Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado
PMGC – Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNLD – Plano Nacional do Livro Didático
PPI – Programação Pactuada Integrada
PS – Pronto Socorro
PSF – Programa de Saúde da Família
PTN – Plano Estratégico de Turismo Náutico
PVM – BS – Plano Viário Metropolitano da Baixada Santista
RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais
RAP – Relatório Ambiental Preliminar
RGS – Região de Governo de Santos
RMBS – Região Metropolitana da Baixada Santista
ROADE – ROADE Projetos Ambientais
RQA – ZC – Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira
SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAI – Sistema Anchieta – Imigrantes
SAI/SUS - Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde
SE – Sudeste
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEDAM – Secretaria de Desenvolvimento Ambiental
SEDUC – Secretaria de Educação da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande
SEFIN – Secretaria das Finanças da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEOP – Secretaria de Obras Públicas da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande
SEPLAN – Secretaria de Planejamento Estratégico e Gestão
SEPROS – Secretaria de Promoção Social da Praia Grande
SES – Secretaria Estadual de Saúde
SESURB – Secretaria de Serviços Urbanos da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande
SETRANSP – Secretaria de Trânsito e Transportes da Prefeitura da Estância Balneária da Praia Grande
SEURB - Secretaria da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura da Estância Balneária da Praia Grande
SIETUR – Sistema Metropolitano de Informações e Estatísticas Turísticas
SIGERCO – ZC – Sistema de Informações de Gerenciamento Costeiro
SIH – Sistema Integrado Hospitalar
SIM – Sistema Integrado Metropolitano da Baixada Santista
SISTRAN – Sistema de Transportes Urbanos de Passageiros da Região Metropolitana de São Paulo
SIVIM – BA – Sistema Viário de Interesse Metropolitano da Baixada Santista

SM – Salário Mínimo
SMA – Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SMA – ZC – Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SUS – NOB/96 – Sistema Unificado de Saúde – Norma Operacional Básica de 1996
SW – Sudoeste
TFECD – Teto Financeiro da Epidemiologia e Controle de Doenças
TFGM – Teto Financeiro Global do Município
UBS – Unidades Básicas de Saúde
UNESP – Universidade do Estado de São Paulo
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNIMONTE – Centro Universitário Monte Serrat – Santos
USAFA – Unidade de Saúde da Família
USP – Universidade de São Paulo
UTI – Unidade de Terapia Intensiva
VAD – Valor Adicionado
VLT – Veículo Leve Sobre Trilhos
ZEEC – Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro
ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social